

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONGLOMERADO PRUDENCIAL

31 de Dezembro de 2019 e de 2018



**MERCANTIL
DO BRASIL**

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO PRUDENCIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

ATIVO	MB Consolidado Prudencial		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	MB Consolidado Prudencial	
	31/12/2019	31/12/2018		31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE	6.112.849	5.240.518	CIRCULANTE	3.416.627	2.380.537
DISPONIBILIDADES	681.443	536.091	DEPÓSITOS (Nota 11.1.)	1.843.770	1.533.531
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 4.)	2.123.889	1.095.550	Depósitos à Vista	313.027	274.369
Aplicações no Mercado Aberto	2.090.000	1.065.003	Depósitos de Poupança	200.773	194.471
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	33.889	30.547	Depósitos Interfinanceiros	54.936	28.060
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5.)	334.527	36.948	Depósitos a Prazo	1.275.034	1.036.631
Carteira Própria	248.579	11.181	CAPTações NO MERCADO ABERTO	236.529	75.228
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 5.2.)	34.310	4.050	Carteira de Terceiros (Nota 4.)	236.529	75.228
Vinculados à Prestação de Garantias	51.638	21.717	RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 11.2.)	164.102	216.780
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	46.285	87.534	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares.....	164.102	216.780
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	-	257	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	2.019	5
Créditos Vinculados:			Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	10	5
Depósitos no Banco Central (Nota 6.)	46.285	87.277	Correspondentes	2.009	-
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	6.965	6.525	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	28.627	23.086
Transferências Internas de Recursos	6.965	6.525	Recursos em Trânsito de Terceiros	28.627	23.086
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7.1.)	2.243.769	2.556.827	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	-	233
Operações de Crédito:			Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 5.2.)	-	233
Setor Privado	2.496.505	2.866.860	OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.141.580	531.674
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão (Nota 7.4.)	19.676	34.787	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (Nota 12.1.)	2.223	3.314
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa) (Nota 7.2.)	(272.412)	(344.820)	Carteira de Câmbio:		
OUTROS CRÉDITOS	466.750	583.083	Câmbio Vendido a Liquidar	-	105
Carteira de Câmbio:			Obrigações por Compra de Câmbio	55.583	55.777
Câmbio Comprado a Liquidar	69.580	67.082	(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) (Nota 7.1.)	(55.583)	(55.583)
Direitos sobre Vendas de Câmbio	-	105	Sociais e Estatutárias (Nota 12.2.)	54.843	22.511
(Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos)	-	(105)	Fiscais e Previdenciárias (Nota 12.3.)	34.179	33.772
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos (Nota 7.1.)	8.966	4.550	Negociação e Intermediação de Valores	4.757	1.382
Rendas a Receber (Nota 8.6.)	5.569	3.966	Diversas:		
Negociação e Intermediação de Valores	1.329	602	Obrigações por Convênios Oficiais	230.571	191.446
Diversos :			Obrigações por Aquisições de Bens e Direitos	4.257	4.297
Créditos Tributários (Nota 8.1.)	209.496	190.889	Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão (Nota 7.4.)	20.699	29.633
Devedores por Compras de Valores e Bens (Nota 7.1.)	7.401	13.472	Provisão para Pagamentos a Efetuar	43.091	41.941
Impostos a Compensar (Nota 8.3.)	21.399	6.874	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 7.2.)	2.564	2.298
Pagamentos a Ressarcir (Nota 8.4.)	796	772	Dívidas Subordinadas (Nota 11.3.)	567.739	26.757
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8.5.)	150.564	287.151	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 11.4.)	5.775	8.142
Adiantamentos e Antecipações Salariais	849	1.160	Credores Diversos - País (Nota 12.5.)	168.461	164.351
Devedores Diversos (Nota 8.7.)	35.549	39.663	Outras	2.421	1.531
Outros	3.609	4.231			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 7.2.)	(48.357)	(37.329)			
OUTROS VALORES E BENS	209.221	337.960			
Outros Valores e Bens (Nota 9.1.)	288.081	371.016			
(Provisões para Desvalorizações)	(114.238)	(64.255)			
Despesas Antecipadas (Nota 9.2.)	35.378	31.199			

ATIVO	MB Consolidado Prudencial		PASSIVO	MB Consolidado Prudencial	
	31/12/2019	31/12/2018		31/12/2019	31/12/2018
NÃO CIRCULANTE	3.901.212	4.352.567	NÃO CIRCULANTE	5.666.110	6.369.264
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.615.486	4.085.423	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	5.665.773	6.368.819
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 4.)	2.702	13.618	DEPÓSITOS (Nota 11.1.)	4.925.353	5.207.834
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.702	13.618	Depósitos Interfinanceiros	-	18.079
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5.)	927.065	1.137.256	Depósitos a Prazo	4.925.353	5.189.755
Carteira Própria	463.495	749.382	RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 11.2.)	833	21.435
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 5.2.)	-	21.140	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares.....	833	21.435
Vinculados a Prestação de Garantias	463.570	366.734	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	-	27
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7.1.)	1.971.141	2.299.074	Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 5.2.).....	-	27
Operações de Crédito :			OUTRAS OBRIGAÇÕES	739.587	1.139.523
Setor Privado	2.197.325	2.576.362	Fiscais e Previdenciárias (Nota 12.3.)	12	12
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão (Nota 7.4.).....	4.375	23.565	Diversas:		
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa) (Nota 7.2.)	(230.559)	(300.853)	Provisão para Pagamentos a Efetuar	28.164	13.391
OUTROS CRÉDITOS	650.570	596.332	Provisão para Outros Passivos (Nota 12.4.)	304.255	268.585
Rendas a Receber (Nota 8.6.)	7.000	7.010	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 7.2.).....	82	812
Diversos :			Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão (Nota 7.4.).....	4.875	34.224
Créditos Tributários (Nota 8.1.)	373.226	337.391	Dívidas Subordinadas (Nota 11.3.)	-	514.144
Devedores por Compras de Valores e Bens (Nota 7.1.)	5.227	5.100	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 11.4.).....	369.546	281.900
Devedores por Depósitos em Garantia (Nota 8.2.)	218.401	215.998	Outras.....	32.653	26.455
Impostos a Compensar (Nota 8.3.)	9.134	13.636	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	337	445
Pagamentos a Ressarcir (Nota 8.4.)	1.002	1.270	Resultados de Exercícios Futuros	337	445
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8.5.)	47.597	25.794	PATRIMÔNIO LÍQUIDO ADMINISTRADO PELA CONTROLADORA	931.324	843.284
Devedores Diversos (Nota 8.7.).....	-	419	PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NAS CONTROLADAS	43.825	43.182
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 7.2.)	(11.017)	(10.286)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 13.)	887.499	800.102
OUTROS VALORES E BENS	64.008	39.143	CAPITAL (Nota 13.1.)	492.708	492.708
Despesas Antecipadas (Nota 9.2.)	64.008	39.143	De Domiciliados no País	492.708	492.708
PERMANENTE	285.726	267.144	RESERVAS DE CAPITAL (Nota 13.2.)	43.375	43.375
INVESTIMENTOS	102.246	90.059	Reservas de Ágios por Subscrição de Ações	43.375	43.375
Participações em Coligadas e Controladas - No País: (Nota 10.1.a.)			RESERVAS DE REAVALIAÇÃO (Nota 13.3.)	126	134
Controladas	148.233	136.375	Coligadas e Controladas	126	134
Outros Investimentos	2.776	2.418	RESERVAS DE LUCROS (Nota 13.2.)	365.958	278.485
(Provisões para Perdas) (Nota 10.1.b.).....	(48.763)	(48.734)	Reserva Legal	70.911	64.841
IMOBILIZADO DE USO (Nota 10.2.)	126.839	129.584	Reservas Estatutárias	295.047	213.644
Imóveis de Uso	18.261	18.261	Para Pagamento de Dividendos	14.609	6.469
Outras Imobilizações de Uso	243.922	222.627	Para Aumento de Capital	280.438	207.175
(Depreciações Acumuladas)	(135.344)	(111.304)	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	(14.668)	(14.600)
INTANGÍVEL (Nota 10.3.)	56.641	47.501	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.014.061	9.593.085
Ativos Intangíveis	140.274	124.096			
(Amortização Acumulada)	(83.633)	(76.595)			
TOTAL DO ATIVO	10.014.061	9.593.085			

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADO PRUDENCIAL
 Para o 2º semestre de 2019 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

	MB Consolidado Prudencial		
	2º Semestre	Exercícios	
	2019	2019	2018
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.154.734	2.298.119	2.352.734
Operações de Crédito (Nota 17.1.).....	934.200	1.884.895	2.028.701
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	106.290	177.819	145.605
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 5.2.).....	10.951	3.610	49.828
Resultado de Operações de Câmbio	8.553	10.761	23.800
Resultado das Aplicações Compulsórias	2.905	5.459	11.671
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros (Nota 7.4.).....	91.835	215.575	93.129
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(439.242)	(910.141)	(1.139.897)
Operações de Captação no Mercado (Nota 17.2.)	(250.342)	(484.714)	(568.185)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(1.676)	(2.150)	(8.413)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros (Nota 7.4.)	(3.782)	(9.386)	(18.577)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7.2.).....	(183.442)	(413.891)	(544.722)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	715.492	1.387.978	1.212.837
OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS	(619.183)	(1.164.686)	(1.013.210)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 18.1.)	122.578	244.638	253.517
Receitas de Prestações de Serviços - Diversas	20.883	36.394	37.274
Rendas de Tarifas Bancárias	101.695	208.244	216.243
Despesas de Pessoal (Nota 18.2.).....	(248.545)	(458.024)	(395.891)
Outras Despesas Administrativas (Nota 18.3.).....	(303.163)	(600.150)	(548.265)
Despesas Tributárias (Nota 18.4.)	(57.638)	(115.980)	(110.632)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 10.1.)	8.383	14.607	9.423
Equivalência Patrimonial	8.383	14.607	9.423
Outras Receitas Operacionais	14.391	32.549	52.592
Variações Monetárias Ativas (Nota 18.5.).....	2.360	5.042	10.058
Recuperação de Encargos e Despesas	4.395	9.327	8.426
Reversão de Provisões	1.024	2.035	8.974
Outras Receitas (Nota 18.6.)	6.612	16.145	25.134
Outras Despesas Operacionais	(155.189)	(282.326)	(273.954)
Aprovisionamentos e Ajustes Patrimoniais	(3.267)	(4.262)	(1.646)
Descontos Concedidos (Nota 18.7.).....	(33.233)	(54.428)	(61.902)
Variações Monetárias Passivas	(1.423)	(3.129)	(2.919)
Despesas de Caráter Eventual (Nota 18.8.).....	(27.777)	(46.223)	(43.375)
Outras Despesas (Nota 18.9.)	(89.489)	(174.284)	(164.112)
RESULTADO OPERACIONAL	96.309	223.292	199.627
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 19.).....	(81.550)	(112.817)	(64.583)
Receitas	27.592	46.378	29.744
Despesas	(109.142)	(159.195)	(94.327)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	14.759	110.475	135.044
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20.).....	74.782	42.760	(66.435)
Provisão para Imposto de Renda	10.384	(5.185)	(9.127)
Provisão para Contribuição Social	7.042	(2.616)	(7.020)
Ativo Fiscal Diferido (Nota 8.1.b.).....	57.356	50.561	(50.288)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	(19.104)	(29.102)	(10.690)
Administradores.....	(3.976)	(3.976)	(1.431)
Empregados	(15.128)	(25.126)	(9.259)
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NAS CONTROLADAS	(1.108)	(2.733)	(4.516)
LUCRO LÍQUIDO (Nota 13.2.).....	69.329	121.400	53.403

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO PRUDENCIAL - MÉTODO INDIRETO

Para o 2º semestre de 2019 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

	MB Consolidado Prudencial		
	2º Semestre	Exercícios	
	2019	2019	2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	14.759	110.475	135.044
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos.....	390.287	731.671	766.673
Despesas de Juros e Variação Cambial de Dívidas Subordinadas.....	52.623	70.270	140.947
Ajuste a Mercado de Instrumentos Financeiros Derivativos e Hedge.....	(17.769)	(9.840)	(64.414)
Efeitos da Variação das Taxas de Câmbio sobre o Caixa e Equivalentes de Caixa.....	(1.778)	(1.866)	(9.073)
Despesas com Provisão Fiscais, Cíveis e Trabalhistas.....	78.314	118.891	69.730
Provisão / (Reversão) para Garantias Financeiras Prestadas.....	(688)	(464)	426
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	183.442	413.891	544.722
Provisão para Perdas em Bens Não de Uso Próprio e Investimentos.....	46.600	49.983	42.015
Depreciações e Amortizações.....	25.145	47.738	37.904
Atualizações Monetárias Ativas.....	(2.360)	(5.042)	(10.058)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas.....	(8.383)	(14.607)	(9.423)
Perda de Ativo Intangível.....	49	496	108
Perda na Alienação de Bens e Investimentos.....	34.987	60.761	21.016
Resultado da Participação Minoritária nas Controladas.....	1.108	2.733	4.516
(Ganho) de Capital em Controlada.....	(1.003)	(1.273)	(2.242)
Outros.....	-	-	499
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	405.046	842.146	901.717
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	58.488	(153.729)	181.328
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos....	(52.650)	(158.710)	(88.860)
Redução (Aumento) em Relações Interfinanceiras.....	(3.914)	43.263	5.640
Redução (Aumento) em Relações Interdependências.....	21.705	5.101	(1.742)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito.....	96.445	171.920	(351.748)
Redução (Aumento) em Outros Créditos.....	(20.009)	81.250	(71.254)
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens.....	(36.170)	(29.272)	(7.971)
Aumento (Redução) em Depósitos.....	171.750	27.758	264.767
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto.....	(51.246)	161.301	(131.608)
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos.....	(35.315)	(73.280)	(298.809)
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses.....	-	-	(1.861)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações.....	67.814	1.676	(121.275)
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros.....	(88)	(108)	(81)
Caixa Gerado (Aplicado) nas Atividades Operacionais.....	621.856	919.316	278.243
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(10.948)	(30.400)	(12.070)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais.....	610.908	888.916	266.173
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Alienação de Títulos Disponíveis para Venda.....	33.082	97.755	537.364
Alienação de Títulos Mantidos até o Vencimento.....	77.549	77.549	100.192
Alienação de Bens Não de Uso Próprio.....	34.703	77.708	52.781
Alienação de Imobilizado de Uso.....	12	26	8.532
Redução de Participação em Controlada.....	-	-	14
Aquisição de Títulos Disponíveis para Venda.....	(13.013)	(15.571)	(469.530)
Aquisição de Títulos Mantidos até o Vencimento.....	(76.634)	(76.634)	(92.775)
Aumento de Participação em Controlada.....	(3.220)	(3.627)	(462)
Aquisição de Imobilizado de Uso.....	(13.937)	(26.268)	(34.721)
Aplicações no Intangível.....	(14.740)	(28.513)	(21.390)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento.....	23.802	102.425	80.005
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Principal e Juros Pagos sobre as Captações no Exterior.....	(24.304)	(48.354)	(133.297)
Imposto de Renda sobre Dívidas Subordinadas.....	(3.502)	(6.938)	(8.012)
Instrumentos Financeiros Derivativos de Hedge Pagos.....	(7)	(8.195)	(2.430)
Instrumentos Financeiros Derivativos de Hedge Recebidos.....	11.648	13.441	48.157
Emissão de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital.....	44.106	82.726	72.672
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Pagos.....	(8)	(16.840)	(14.079)
Aumento de Capital - Acionistas não Controladores.....	-	-	459
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento.....	27.933	15.840	(36.530)
AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA.....	662.643	1.007.181	309.648
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do período Semestre/Exercício.....	1.870.492	1.525.866	1.207.145
Efeitos da Variação das Taxas de Câmbio sobre o Caixa e Equivalentes de Caixa.....	1.778	1.866	9.073
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do período Semestre/Exercício.....	2.534.913	2.534.913	1.525.866
AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA.....	662.643	1.007.181	309.648

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO PRUDENCIAL

Em R\$ mil

	CAPITAL		RESERVAS DE		RESERVAS DE LUCROS		AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS ACUMULADOS	PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
	REALIZADO	AUMENTO DE CAPITAL	CAPITAL	REAValiaÇÃO CONTROLADAS	LEGAL	ESTATUTÁRIAS				
SALDOS EM 01/01/2018	433.340	59.368	43.375	142	62.171	177.832	(9.938)	-	42.413	808.703
AUMENTO DE CAPITAL - AGE 27/11/2017, Homologado pelo Banco Central do Brasil, em 17/08/2018	59.368	(59.368)	-	-	-	-	-	-	-	-
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-	-	-	-	-	(4.662)	-	-	(4.662)
REALIZAÇÃO DE RESERVA	-	-	-	(8)	-	-	-	8	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	-	-	53.403	-	53.403
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NAS CONTROLADAS	-	-	-	-	-	-	-	-	769	769
DESTINAÇÕES:										
Reservas.....	-	-	-	-	2.670	35.812	-	(38.482)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	-	-	-	-	-	(14.929)	-	(14.929)
SALDOS EM 31/12/2018	492.708	-	43.375	134	64.841	213.644	(14.600)	-	43.182	843.284
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	59.368	(59.368)	-	(8)	2.670	35.812	(4.662)	-	769	34.581
SALDOS EM 01/01/2019	492.708	-	43.375	134	64.841	213.644	(14.600)	-	43.182	843.284
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-	-	-	-	-	(68)	-	-	(68)
REALIZAÇÃO DE RESERVA	-	-	-	(8)	-	-	-	8	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	-	-	121.400	-	121.400
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NAS CONTROLADAS	-	-	-	-	-	-	-	-	643	643
DESTINAÇÕES:										
Reservas.....	-	-	-	-	6.070	81.403	-	(87.473)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	-	-	-	-	-	(33.935)	-	(33.935)
SALDOS EM 31/12/2019	492.708	-	43.375	126	70.911	295.047	(14.668)	-	43.825	931.324
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	-	-	-	(8)	6.070	81.403	(68)	-	643	88.040
SALDOS EM 01/07/2019	492.708	-	43.375	130	67.444	263.116	(16.520)	-	44.378	894.631
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-	-	-	-	-	1.852	-	-	1.852
REALIZAÇÃO DE RESERVA	-	-	-	(4)	-	-	-	4	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	-	-	-	69.329	-	69.329
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NAS CONTROLADAS	-	-	-	-	-	-	-	-	(553)	(553)
DESTINAÇÕES:										
Reservas.....	-	-	-	-	3.467	31.931	-	(35.398)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	-	-	-	-	-	(33.935)	-	(33.935)
SALDOS EM 31/12/2019	492.708	-	43.375	126	70.911	295.047	(14.668)	-	43.825	931.324
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	-	-	-	(4)	3.467	31.931	1.852	-	(553)	36.693

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONGLOMERADO PRUDENCIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Mercantil do Brasil S.A. (MB Múltiplo ou Banco) realiza as suas atividades operacionais por intermédio das carteiras comercial, de crédito imobiliário e câmbio, através de sua rede de 152 agências e 86 Postos de Atendimento, uma agência no exterior, em *Grand Cayman*, e um quadro de 2.856 funcionários. Atua nos demais segmentos financeiros, nas áreas de investimento, crédito ao consumidor, distribuição de valores e intermediação de títulos e valores mobiliários. O Banco, por intermédio de sua controlada Mercantil do Brasil Corretora S.A. - Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, atua também na administração de fundos de investimento.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 para contabilização e divulgações das operações, associadas às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando aplicáveis, do Conselho Monetário Nacional – CMN e do Banco Central do Brasil – Bacen, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras no conglomerado prudencial incluem os saldos contábeis da agência no exterior descrito na nota nº 2.3.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes às provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões trabalhistas, cíveis e tributárias, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

2.2. Demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as normas de consolidação da Lei nº 6.404/76, associadas, dentre outras normas, à Circular Bacen nº 3.701/14 e à Resolução CMN nº 4.280/13 que instituiu as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Assim, foram eliminadas as participações de uma instituição em outra, os saldos de contas, as receitas e despesas entre as mesmas e os lucros não realizados decorrentes de negócios entre o Banco e Controladas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários. As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nos termos dos artigos 1º e 4º da Resolução CMN nº 4.280/13, contemplam o Banco e empresas financeiras, relacionadas abaixo.

Consolidadas:

Empresa	Atividade	% – Participação	
		Dez / 2019	Dez / 2018
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	Banco de investimento	91,53	91,52
Mercantil do Brasil Corretora S.A. – Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários	Corretora de câmbio, títulos e valores mobiliários	99,99	99,99
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. – Títulos e Valores Mobiliários	Distribuidora de títulos e valores mobiliários	100,00	100,00
Mercantil do Brasil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos	Financeira	85,95	85,61
COSEFI – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	Securitizadora de créditos financeiros	100,00	100,00

Não consolidadas:

Empresa	Atividade	% – Participação	
		Dez / 2019	Dez / 2018
Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A.	Corretagem de seguros	68,58	65,12
Mercantil do Brasil Empreendimentos Imobiliários S.A.	Empreendimentos Imobiliários	100,00	100,00
Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A.	Imobiliária e agronegócios	100,00	100,00
Resolva Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Correspondente Bancário S.A. ^(I)	Administração, corretagem de seguros em geral e de previdência privada e correspondente bancário	100,00	100,00
SANSA – Negócios Imobiliários S.A.	Negócios imobiliários	100,00	100,00

(I) Denominação social anterior: Mercantil do Brasil Administradora e Corretora de Seguros e Previdência Privada S.A., alterada pela AGE de 24/10/2019.

2.3. Agência no exterior

O Banco iniciou as operações de sua agência (*full branch*) em *Grand Cayman*, em dezembro de 2006, com o objetivo de desenvolver e expandir novas atividades relacionadas ao mercado de capitais nacional e internacional, viabilizando novos fluxos e estoques financeiros, administração de ativos e operações estruturadas nesse segmento, funcionando, em essência, como uma extensão das atividades do Banco.

Os saldos contábeis da agência são como segue:

Descrição	R\$ mil		US\$ mil	
	Dez / 2019	Dez / 2018	Dez / 2019	Dez / 2018
Ativos circulante e não circulante	62.078	58.135	15.401	15.003
Disponibilidades	19.856	733	4.926	189
Operações de crédito	42.203	57.383	10.470	14.809
Outros valores e bens	4	4	1	1
Permanente	15	15	4	4
Passivos circulante e não circulante	1	1	-	-
Outras obrigações	1	1	-	-
Patrimônio líquido	62.077	58.134	15.401	15.003
Lucro líquido dos exercícios	3.943	9.564	981	2.480

2.4. Principais políticas contábeis e estimativas críticas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Os ativos e os passivos, circulantes e não circulantes, são demonstrados pelos valores de realização ou compromissos estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos ou encargos incorridos até a data dos balanços. Nas operações com rendimentos ou encargos prefixados, as parcelas a auferir ou a incorrer são demonstradas como redução dos ativos e passivos a que se referem. As receitas e despesas de natureza financeira são registradas pelo critério *pro rata die* e calculadas pelo método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas às operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data dos balanços.

As informações financeiras da agência no exterior são adaptadas aos critérios contábeis vigentes no Brasil e convertidas para reais, que é a moeda funcional do Banco, pela taxa de câmbio de fechamento do balanço.

O critério para conversão dos saldos ativos e passivos das operações em moedas estrangeiras consiste na conversão desses valores para moeda nacional (R\$) à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do exercício. Em 31 de dezembro de 2019, a taxa de câmbio aplicável era: US\$ 1,00 = R\$ 4,0301 (Em 31 de dezembro de 2018: US\$ 1,00 = R\$ 3,8748).

Em conformidade com a Deliberação CVM nº 639/10 e Resolução CMN nº 3.566/08, que aprovaram e tornaram obrigatório o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativo, com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos ou conjunto de ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por desvalorização (*impairment*) no resultado.

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data dos balanços.

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, dividindo-se em três categorias, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.068/01 e regulamentação complementar:

- a) Títulos para negociação – são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado.
- b) Títulos mantidos até o vencimento – são os títulos, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção ou obrigatoriedade, e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento, avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos, em contrapartida do resultado.
- c) Títulos disponíveis para venda – são aqueles não enquadráveis nas categorias anteriores, ajustados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido. Os ganhos e perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado, na data da negociação, em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme Circular Bacen nº 3.082/02. As operações que utilizam instrumentos financeiros e que não atendam aos critérios de *hedge* contábil estabelecido pelo Bacen, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado. Para as operações contratadas em negociação associada à operação de captação ou aplicação de recursos, a valorização ou desvalorização decorrente de ajuste a valor de mercado poderá ser desconsiderada, desde que não seja permitida a sua negociação ou liquidação em separado da operação a ele associada, que nas hipóteses de liquidação antecipada da operação associada,

a mesma ocorra pelo valor contratado, e que seja contratado pelo mesmo prazo e com a mesma contraparte da operação associada.

A Resolução CMN nº 3.533/08 estabelece critérios para o registro das operações de crédito cedidas com retenção substancial de riscos e benefícios. Estas operações devem permanecer no ativo, com registro de passivo financeiro decorrente da obrigação assumida, e as receitas e despesas decorrentes dessas operações apropriadas de maneira “*pro rata temporis*” (mensalmente) no resultado pelo prazo remanescente das operações.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi calculada em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99 e regulamentação complementar do Banco Central do Brasil e é fundamentada em um sistema de avaliação de riscos de clientes e operações, incluindo a análise de risco de crédito da contraparte e várias premissas de fatores internos e externos, a situação financeira da contraparte, os níveis de inadimplência, garantias das carteiras e a política de renegociação; e foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos ativos correspondentes.

As operações de crédito rural securitizadas são garantidas por títulos do tesouro nacional e a avaliação do risco de crédito do principal e dos respectivos juros está em consonância com as regras da Resolução CMN nº 2.682/99.

As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

O imobilizado de uso, exceto imóveis que estão reavaliados, está apresentado ao custo. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: imóveis – 4,00%, móveis e utensílios, equipamentos – 10,00% e sistema de comunicação, de processamento de dados, de segurança e veículos – 20,00%.

O ativo intangível corresponde a gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais. São registrados ao custo de aquisição, com amortizações à taxa de 20,00% ao ano ou de acordo com o prazo contratual, conforme o caso.

O controle das contingências ativas, passivas e provisões é efetuado de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 594/09, com observância da Resolução CMN nº 3.823/09:

- a) Ativos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- b) Passivos contingentes – são divulgados sempre que classificados como perdas possíveis, observando-se o parecer dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.
- c) Provisões – originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações trabalhistas, cíveis entre outras observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Tais processos têm seus montantes reconhecidos quando evidenciam uma provável saída de recursos para liquidar a obrigação e quando os valores envolvidos forem mensurados com segurança.
- d) Obrigações legais – provisão para riscos fiscais - referem-se às obrigações tributárias legalmente instituídas, que são contestadas judicialmente quanto à legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de chance de êxito dos processos judiciais em andamento, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As contribuições sociais relativas ao PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) são calculadas com base na Receita Bruta de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, em conformidade com a Lei nº 12.973/14 e regulamentação complementar, e são recolhidas às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, pelo regime cumulativo.

A provisão para o imposto de renda é registrada pelo regime de competência e constituída com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões de caráter temporário e permanente, à alíquota de 15,00%, acrescida de adicional de 10,00% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi constituída à alíquota de 15,00% sobre o lucro tributável, a partir de 2019. No período de setembro de 2015 a dezembro de 2018, foi constituída a alíquota de 20% em conformidade com a Lei nº 13.169/15. Impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos

fiscais e base negativa de contribuição social, se houver, são reconhecidos, com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis futuros, de acordo com a Instrução CVM nº 371/02, Resolução CMN nº 3.059/02 e regulamentação complementar.

Os juros sobre o capital próprio, pagos e a pagar aos acionistas, recebidos e a receber das controladas são calculados em conformidade com a Lei nº 9.249/95 e, até 31/12/2018, eram registrados no resultado, nas rubricas de despesas e de receitas financeiras, respectivamente. A partir de 1º de janeiro de 2019, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.706/2018, são apresentadas nas demonstrações financeiras da seguinte forma:

- a) Os juros sobre o capital próprio que configure obrigação presente na data do balancete são reconhecidos no passivo, conforme o caso, em contrapartida à adequada conta de lucros acumulados.
- b) Os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber das controladas são reconhecidos no ativo, quando a instituição obtiver o direito a recebê-lo, mensurado conforme valor declarado pela entidade investida, em contrapartida ao respectivo investimento.

O Banco dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores, que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10. O montante da remuneração fixa é aprovado anualmente na Assembleia Geral. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

2.5. Reclassificação de Cifras Comparativas

Os ajustes relativos a reclassificações em dezembro de 2018 estão no quadro da Demonstração do Fluxo de Caixa que se segue:

Descrição	Reclassificado	Reclassificações	Original
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais	266.173	(72.672)	338.845
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento	80.005	-	80.005
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	(36.530)	72.672	(109.202)
Aumento / (Redução) no Caixa e Equivalente de Caixa	(309.648)	-	309.648

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	Dez / 2019	Dez / 2018
Disponibilidades	681.443	536.091
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.853.471	989.775
Total	2.534.914	1.525.866

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Descrição	Dez / 2019	Dez / 2018
Aplicações no mercado aberto		
Posição bancada	1.853.471	989.775
Letras Financeiras do Tesouro	314.996	197.012
Letras do Tesouro Nacional	1.193.806	692.764
Notas do Tesouro Nacional	344.669	99.999
Posição financiada	236.529	75.228
Letras Financeiras do Tesouro	-	52.993
Letras do Tesouro Nacional	236.529	22.235
Subtotal	2.090.000	1.065.003
Aplicações em depósitos interfinanceiros		
Aplicações em depósitos interfinanceiros	36.591	44.165
Subtotal	36.591	44.165
Total	2.126.591	1.109.168
Circulante	2.123.889	1.095.550
Não circulante	2.702	13.618

A posição financiada tem como contrapartida no passivo “captação no mercado aberto” que se refere, basicamente, a recompras a liquidar de carteira de terceiros.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

5.1. Títulos e valores mobiliários

Descrição	Custo		Mercado	
	Dez / 2019	Dez / 2018	Dez / 2019	Dez / 2018
Títulos / Vencimentos				
Títulos para Negociação				
Ações	2.250	2.250	-	-
Indeterminado	2.250	2.250	-	-
Total	2.250	2.250	-	-
Títulos Disponíveis para Venda				
Cotas de Fundos de Participante de Neg. e Membro de Compensação	4.557	4.300	4.557	4.300
De 5 a 10 anos	4.557	4.300	4.557	4.300
Cotas de Fundo Imobiliário	34.751	-	34.751	-
De 5 a 10 anos	34.751	-	34.751	-
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	501	9.460	501	9.365
De 181 dias a 1 ano	131	1.856	131	1.837
De 1 a 2 anos	-	7.604	-	7.528
De 2 a 3 anos	370	-	370	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	30.182	8.551	30.182	8.509
De 61 a 90 dias	-	179	-	178
De 91 a 180 dias	150	-	150	-
De 181 dias a 1 ano	577	465	577	463
De 2 a 3 anos	1.668	1.403	1.668	1.396
De 4 a 5 anos	9.040	1.667	9.040	1.659
De 5 a 10 anos	3.725	4.837	3.725	4.813
Acima de 10 anos	15.022	-	15.022	-
Letras Financeiras do Tesouro	1.113.625	1.073.819	1.113.973	1.074.190
De 31 a 60 dias	-	23.088	-	23.088
De 61 a 90 dias	216.734	-	216.730	-
De 181 dias a 1 ano	70.231	-	70.233	-
De 1 a 2 anos	159.323	270.830	159.343	270.797
De 2 a 3 anos	339.976	150.338	340.211	150.360
De 3 a 4 anos	-	320.710	-	321.018
De 4 a 5 anos	327.361	-	327.456	-
De 5 a 10 anos	-	308.853	-	308.927
Debêntures	37.014	40.262	37.014	38.499
De 61 a 90 dias	-	707	-	685
De 91 a 180 dias	2.373	-	2.373	-
De 181 dias a 1 ano	9.523	6.851	9.523	6.646
De 2 a 3 anos	21.176	24.381	21.176	23.582
De 3 a 4 anos	3.942	1.351	3.942	1.311
De 4 a 5 anos	-	6.972	-	6.275
Total	1.220.630	1.136.392	1.220.978	1.134.863
Mantidos até o Vencimento				
Debêntures	2.995	9.912	2.995	9.912
De 181 dias a 1 ano	499	-	499	-
De 1 a 2 anos	2.496	-	2.496	-
De 2 a 3 anos	-	9.912	-	9.912
Fundo de investimentos em direitos creditórios	3.309	4.239	3.309	4.239
De 5 a 10 anos	3.309	4.239	3.309	4.239
Total	6.304	14.151	6.304	14.151
Total geral	1.229.184	1.152.793	1.227.282	1.149.014
Total Contábil			1.227.282	1.149.014
Circulante			300.217	32.898
Não circulante			927.065	1.116.116

Os títulos e valores mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

O valor de custo é apurado com base no valor de aquisição atualizado pelos rendimentos intrínsecos de cada operação em função da fluência do prazo.

Os títulos públicos federais e os títulos privados são marcados a mercado pelo método de fluxo de caixa descontado utilizando-se, respectivamente, as taxas de desconto divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela B3. Os títulos de renda variável são registrados com base na cotação média de negociação divulgada pela B3.

As cotas dos fundos de investimentos foram registradas de acordo com a cotação informada pelos administradores.

Os demais Títulos e Valores Mobiliários que não tenham parâmetro de mercado para precificação e tenham características de operações de crédito, tais como Debêntures, CRI – Certificados de Recebíveis Imobiliários e CRA – Certificado de Recebíveis do Agronegócio, devem ter sua provisão para perdas esperadas constituídas em contas de resultado, em observância à política aplicável as operações de crédito, utilizando-se metodologia específica. Em 31/12/2019 referidos títulos registraram provisão no montante de R\$ 4.085 (R\$ 4.766 em dezembro de 2018).

Os títulos vinculados a garantias montam em R\$ 515.208 (R\$ 388.451 em dezembro de 2018), representados por Letras Financeiras do Tesouro Nacional (vide nota nº 8.3.(I)).

Para fins de publicação, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “Títulos para Negociação” são apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.068/01.

5.2. Instrumentos financeiros derivativos

A utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos de mercado originados na flutuação das taxas de juros, do câmbio, dos preços dos ativos, entre outros, constitui uma ferramenta imprescindível na gestão financeira das instituições, haja vista a evolução e diversificação dos produtos utilizados no mercado financeiro globalizado.

Os instrumentos financeiros derivativos negociados pelo Banco são, basicamente, operações de *swap* e contratos futuros utilizadas como instrumentos destinados à proteção das operações em moedas estrangeiras frente aos riscos de variações cambiais e de taxas de juros para proteção de posições prefixadas.

Os principais fatores de risco dos instrumentos financeiros derivativos da Instituição estão relacionados com as oscilações do câmbio, de taxa de juros e os resultados obtidos atenderam adequadamente os objetivos de proteção patrimonial.

O gerenciamento dos riscos é controlado e supervisionado de forma independente das áreas geradoras da exposição ao risco. Sua avaliação e medição são realizadas diariamente baseando-se em índices e dados estatísticos, utilizando-se de ferramentas tais como “V@R” não paramétrico e análise de sensibilidade a cenários de *stress*.

5.2.1. Composição dos instrumentos financeiros derivativos

A posição desses instrumentos financeiros tem seus valores referenciais registrados em contas de compensação.

Para obtenção do valor justo das operações, estima-se o fluxo de caixa de cada uma das partes descontado a valor presente, de acordo com as taxas divulgadas pela B3, ajustadas pelo *spread* de risco, apurado no fechamento da operação.

Descrição	Conta de Compensação				Valor Patrimonial			
	Valor de Referência		Valor Justo		A receber		A pagar	
	Dez/2019	Dez/2018	Dez/2019	Dez/2018	Dez/2019	Dez/2018	Dez/2019	Dez/2018
Contrato de Swap⁽ⁱ⁾								
Posição ativa								
Moeda estrangeira - Dólar	339.558	346.144	427.460	411.300	34.310	25.190	-	(260)
Posição passiva								
Taxa de Juros	339.558	346.144	393.149	386.370	34.310	25.190	-	(260)
Contrato de Futuro - Dólar⁽ⁱⁱ⁾								
Posição ativa								
Moeda estrangeira	2.051	-	2.043	-	-	-	-	-
Posição passiva								
Moeda estrangeira	13.194	8.727	13.274	8.727	-	-	-	-
Contrato de Futuro - DI⁽ⁱⁱⁱ⁾								
Posição passiva								
Taxa de Juros	1.689.488	984.455	1.689.118	984.455	-	-	-	-
Total					34.310	25.190	-	(260)
Circulante					34.310	4.050	-	(233)
Não circulante					-	21.140	-	(27)

⁽ⁱ⁾ As operações de swap têm como objetivo a proteção contra as variações cambiais de parte das captações com Dívidas Subordinadas (vide nota nº 11.3.).

⁽ⁱⁱ⁾ A operação com Contrato Futuro de Dólar tem a finalidade de proteger, complementarmente, as demais exposições cambiais do Banco apuradas a valor de mercado diariamente e ajustadas na B3.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ A operação com Contrato Futuro de DI tem a finalidade de proteger, parcialmente, as exposições prefixadas do Banco.

Os instrumentos financeiros derivativos por faixa de vencimento são como segue:

Descrição	Mercado de Registro	Faixa de Vencimento			Valor Referencial
		De 01 a 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Contrato de Swap	B3	11.926	327.632	-	339.558
Contrato de Futuro - Dólar		15.245	-	-	15.245
Contrato de Futuro - DI		1.188.094	-	501.394	1.689.488
Total em 31/12/2019		1.215.265	327.632	501.394	2.044.291
Total em 31/12/2018		20.834	11.659	1.306.833	1.339.326

5.2.2. Ganhos e Perdas

Os instrumentos financeiros derivativos geraram ganhos e perdas, registrados diretamente no resultado na rubrica de "Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos", os quais são apresentados a seguir:

Descrição	Dez / 2019			Dez / 2018		
	Ganho	Perda	Resultado Líquido	Ganho	Perda	Resultado Líquido
Contrato de Swap	31.572	(16.945)	14.627	87.969	(30.203)	57.766
Contrato de Futuro - Dólar	11.996	(11.514)	482	1.306	(765)	541
Contrato de Futuro - DI	35.631	(47.130)	(11.499)	1.787	(10.266)	(8.479)
Total	79.199	(75.589)	3.610	91.062	(41.234)	49.828

5.2.3. Contabilização de Hedge (Hedge Accounting)

O Mercantil do Brasil dispõe de operação de *Hedge*, classificadas na categoria de *hedge* de risco de mercado, em conformidade com o artigo 3º, inciso I, da Circular Bacen nº 3.082/02.

Para parte das captações no exterior e para parte da Carteira de Ativos o Banco realiza *hedge accounting*, visando eliminar a exposição ao risco de variação cambial e de taxas de juros para proteção de posições prefixadas.

A efetividade das operações de *hedge accounting*, conforme Circular Bacen nº 3.082/02, são verificadas através da projeção tanto do passivo objeto quanto dos instrumentos financeiros derivativos classificados como instrumentos de *hedge accounting*, demonstrando a eficácia esperada para o vencimento das operações. A partir da contratação é realizada, diariamente, a verificação gerencial da efetividade, criando-se histórico de avaliação do comportamento da operação.

Dentro deste contexto, verifica-se que o efeito da variação cambial nas operações de *hedge accounting* é equivalente ao gerado nas operações objeto de *hedge*.

Objeto de Hedge	Valor Contábil		Ajuste a Valor Justo	
	Dez / 2019	Dez / 2018	Dez / 2019	Dez / 2018
Captação Externa – Passivo	424.228	407.817	421.924	400.726
Carteira de Ativos	1.409.556	937.054	1.410.712	941.332
Total	1.833.784	1.344.871	1.832.636	1.342.058

Instrumento de Hedge	Valor de Referência		Valor Justo	
	Dez / 2019	Dez / 2018	Dez / 2019	Dez / 2018
Contrato de Swap				
Posição ativa				
Moeda estrangeira	339.558	346.144	427.460	411.300
Posição passiva				
Taxa de Juros	339.558	346.144	393.149	386.370
Contrato de Futuro – DI				
Posição passiva				
Taxa de Juros	1.410.710	941.333	1.410.710	941.333

Não houve nenhuma reclassificação contábil em função de desenquadramento de operações de *hedge*.

5.3. Instrumento de Hedge não Derivativo

O Banco utiliza suas posições ativas representadas por operações de adiantamentos de contrato de câmbio (ACC) e investimentos no exterior (Patrimônio Líquido da Agência em Cayman) como *hedge* natural de uma parcela da captação externa, de modo a garantir adequada proteção contra risco cambial.

A utilização do *hedge* natural permite uma redução das posições de derivativos e, conseqüentemente, dos riscos envolvidos, dos custos operacionais e financeiros decorrentes da manutenção destas posições.

Nesta estrutura, os riscos são anulados dentro da própria estrutura patrimonial de ativos e passivos.

Instrumentos Financeiros de Proteção não Derivativos - Hedge Natural				
Tipo	Natureza	Descrição	Dez / 2019	Dez / 2018
Objeto de <i>hedge</i>	Passivo	Captação Externa	136.238	130.968
Total			136.238	130.968
<i>Hedge</i> Natural	Ativo	Investimento no Exterior ⁽¹⁾	103.283	100.218
		Operações Ativas - ACC	32.950	30.994
Total			136.233	131.212

⁽¹⁾ Já considerando o efeito fiscal do *hedge* do investimento no exterior.

5.4. Posições de Instrumentos Financeiros e Análise de Sensibilidade de Riscos

Em cumprimento à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, foi realizada a Análise de Sensibilidade contemplando todos os instrumentos financeiros relevantes, ativos e passivos, mensurados a valor justo pela Instituição.

Foram então considerados os Derivativos, a Captação Externa (Dívida Subordinada) e os Títulos e Valores Mobiliários (TVM) classificados nas categorias disponível para venda e negociação. Em razão das altas volatilidades do comportamento das taxas de câmbio, a Instituição optou por proteger o descasamento gerado pela moeda estrangeira via Mercado Futuro.

O Mercantil do Brasil posicionou-se no mercado de futuros de taxas de juros com o intuito de proteger parcialmente os ativos de crédito. Neste caso, o derivativo foi classificado como *Hedge Accounting* que é um instrumento utilizado na gestão e proteção de riscos financeiros por meio da aplicação de regras específicas de contabilidade, possibilitando reduzir, e em alguns casos até mesmo eliminar, a instabilidade do resultado.

Ressalta-se que os instrumentos financeiros derivativos existentes no Mercantil do Brasil são destinados à proteção de exposição a riscos (*hedge*) da captação externa, ao risco de taxas de juros para proteção de posições prefixadas e demais posições que julgar necessário, não possuindo nenhum caráter especulativo.

A análise de sensibilidade, que teve como premissa identificar os tipos de riscos que podem gerar prejuízo à Instituição, foi efetuada a partir dos seguintes cenários:

Cenário I: Consiste de um cenário considerado provável, cujos dados foram obtidos de fonte externa (B3), tais como: cotação do dólar, preço dos títulos e taxas futuras de juros. A título de exemplo, considerou-se, para o prazo de um ano, o dólar a R\$ 4,27 e a taxa de juros a 4,42% ao ano.

Cenário II: Consiste numa situação com variação de 25% no valor dos preços e um choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 31/12/2019 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de um ano, o dólar foi considerado valendo R\$ 5,04 e a taxa de juros 5,69% ao ano.

Cenário III: Consiste numa situação com variação de 50% no valor dos preços e um choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 31/12/2019 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de um ano, o dólar foi considerado valendo R\$ 6,05 e a taxa de juros 6,82% ao ano.

Quadro Demonstrativo da Análise de Sensibilidade do conglomerado financeiro:

Operação	Efeito na variação do valor justo		Cenários		
	Fatores de Risco	Componentes	I ^(II)	II	III
Captação Externa com <i>Hedge</i>	Moeda Estrangeira (USD) ^(I)	Derivativo (ponta ativa <i>swap</i>)	24.544	101.993	203.987
		Dívida em USD	(25.413)	(105.606)	(211.212)
		Efeito Líquido	(869)	(3.613)	(7.225)
	Cupom Cambial ^(I)	Derivativo (ponta ativa <i>swap</i>)	281	(1.335)	(2.663)
		Dívida em USD	(189)	940	1.872
		Efeito Líquido	92	(395)	(791)
	Taxa de Juros Prefixada	Derivativo (ponta passiva <i>swap</i>)	48	(485)	(962)
Taxa de Juros Prefixada (% CDI)	Derivativo (ponta passiva <i>swap</i>)	(113)	(1.175)	(2.369)	
Exposição Cambial com <i>Hedge</i>	Moeda Estrangeira (USD) ^(I)	Derivativo (ponta ativa futuro)	549	(3.275)	(6.549)
		Descasamento em USD	(549)	3.268	6.536
		Efeito Líquido	-	(7)	(13)
	Taxa de Juros Prefixada	Derivativo (ponta passiva futuro)	(1)	(10)	(17)
<i>Hedge Accounting</i>	Taxa de Juros Prefixada	Operações de Crédito (ponta ativa)	1.185	7.322	14.709
		Derivativo (ponta passiva futuro)	(1.419)	(8.205)	(16.415)
		Efeito Líquido	(234)	(883)	(1.706)
Títulos e Valores Mobiliários	Renda Fixa	Debêntures	(1.170)	(9.254)	(18.508)
		CRI	(424)	(7.545)	(15.091)
		CRA	(15)	(125)	(251)
		Total sem correlação	-	(23.492)	(46.933)
Total com correlação	(2.686)	(20.249)	(40.159)		
Total com correlação líquido dos impactos fiscais	(1.612)	(12.149)	(24.095)		

^(I) A variação nesses fatores de risco é aquela que provoca um efeito líquido negativo, já que os reflexos no derivativo e na dívida são sempre opostos (lucro/prejuízo ou prejuízo/lucro).

^(II) Os efeitos do cenário I, por este estar baseado em projeções de mercado, já consideram a correlação entre as variações dos fatores de risco.

O quadro evidencia a importância do *hedge* da captação externa, já que os significativos efeitos no resultado provenientes das variações, principalmente do dólar nos cenários II e III, no valor desta dívida é praticamente neutralizado pelos efeitos em sentido contrário na ponta ativa do *swap*. Ressalta-se que a referida proteção não atingiu sua completude devido a um distanciamento natural entre o *hedge* e seu objeto, não atingindo assim uma proteção perfeita.

Ressalta-se que essa análise de sensibilidade considera uma situação em que as posições da Instituição permaneceriam estáticas, o que não necessariamente deve ocorrer. O Mercantil do Brasil possui uma gestão ativa de seus riscos de mercado (vide nota nº 22.), com o acompanhamento diário das exposições aos diversos fatores de risco, bem como ao potencial efeito que essas exposições podem causar no valor justo de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, podendo indicar a mudança de posição de modo a mitigar esses riscos.

6. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS – CRÉDITOS VINCULADOS

Recolhimentos compulsórios	Dez / 2019	Dez / 2018
Sobre depósitos de poupança	40.662	82.420
Direcionamento microcrédito	5.623	4.857
Total – Circulante	46.285	87.277

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

7.1. Composição das operações de crédito e outros créditos:

Descrição	Dez / 2019	Dez / 2018
Operações de crédito	4.717.881	5.501.574
Devedores por compra de valores e bens	12.628	18.572
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	8.966	4.550
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	55.583	55.583
Títulos e créditos a receber (vide nota nº 8.5.)	75.191	72.144
Total	4.870.249	5.652.423
Circulante	2.663.322	3.047.396
Não circulante	2.206.927	2.605.027

7.2. Movimentação da provisão para perdas em operações de crédito e outros créditos:

Descrição	Dez / 2019	Dez / 2018
Com característica de concessão de crédito		
Saldos no início dos exercícios	682.895	693.739
Constituição de provisão	716.340	883.041
Reversão de provisão	(301.764)	(338.948)
Baixa	(544.826)	(554.937)
Saldos no final dos exercícios	552.645	682.895
Sem característica de concessão de crédito		
Saldos no início dos exercícios	10.393	9.764
Constituição de provisão	-	629
Reversão de provisão	(685)	-
Baixa	(8)	-
Saldos no final dos exercícios	9.700	10.393
Efeito no resultado	413.891	544.722
Total	562.345	693.288
Circulante	320.769	382.149
Não circulante	241.576	311.139

A provisão para cobertura de perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito, nos termos da Resolução nº 4.512/16 é como segue:

Descrição	Dez / 2019	Dez / 2018
Vinculadas a licitações, leilões, prestação de serviços ou execução de obras	235	130
Vinculadas ao fornecimento de mercadorias	48	47
Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	1.338	1.118
Outras fianças bancárias	1.025	1.815
Total	2.646	3.110
Circulante	2.564	2.298
Não circulante	82	812

7.3. Classificação de nível de risco para as operações de crédito e de outros créditos:

a) Composição da carteira por nível de risco conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99

Operações de Crédito e Outros Créditos														
Nível	Pessoa Física			Pessoa Jurídica						Total		PCLD		
	Em Curso		Total	Indústria		Comércio		Serviços		Total	Dez / 2019	Dez / 2018	Dez / 2019	Dez / 2018
	Normal	Anormal		Em Curso										
			Normal	Anormal	Normal	Anormal	Normal	Anormal						
AA	190.580	-	190.580	320.643	-	-	-	32.087	-	352.730	543.310	731.031	-	-
A	2.924.183	-	2.924.183	30.634	-	9.307	-	79.919	-	119.860	3.044.043	3.284.113	15.219	16.413
B	98.524	62.800	161.324	24.185	1.340	15.655	9	49.980	726	91.895	253.219	297.226	2.531	2.973
C	5.715	26.588	32.303	52.089	106	10.377	6	41.084	13.365	117.027	149.330	149.151	4.479	4.474
D	18.448	26.601	45.049	28.693	5.012	8.618	1.799	76.858	7.150	128.130	173.179	293.965	17.317	29.396
E	3.297	29.669	32.966	30.413	2.015	6.071	382	43.168	27.283	109.332	142.298	218.004	42.690	65.399
F	7.890	21.493	29.383	30.089	2.495	271	56	34.807	581	68.299	97.682	177.592	48.841	88.795
G	9.819	22.936	32.755	90.935	4.739	62	26	18.672	4.878	119.312	152.067	86.326	106.447	60.430
H	30.508	148.098	178.606	85.651	21.899	5.460	8.164	8.106	7.235	136.515	315.121	415.015	315.121	415.015
Total	3.288.964	338.185	3.627.149	693.332	37.606	55.821	10.442	384.681	61.218	1.243.100	4.870.249	5.652.423	552.645	682.895

Operações de Crédito Normal – operações com créditos a vencer ou vencidos até 14 dias.

Operações de Crédito Anormal – operações de crédito com 15 ou mais dias de vencidos.

b) Composição da carteira por prazo de vencimento

Classificação por Vencimento	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%
Curso Normal											
Parcelas vincendas	543.305	3.040.368	188.175	108.540	131.417	82.227	72.923	119.452	129.601	4.416.008	90,67
01 a 30 dias	59.439	396.933	24.233	8.696	9.570	2.658	1.387	307	34.193	537.416	11,03
31 a 60 dias	3.164	183.876	4.674	4.244	9.443	2.873	1.016	295	9.283	218.868	4,49
61 a 90 dias	3.445	163.712	5.967	11.897	7.980	2.663	2.012	291	7.586	205.553	4,22
91 a 180 dias	66.966	420.080	14.065	7.905	13.413	6.286	9.236	73.585	5.295	616.831	12,67
181 a 360 dias	62.375	608.098	17.902	17.223	23.942	11.626	11.900	1.624	13.726	768.416	15,78
Acima de 360 dias	347.916	1.267.669	121.334	58.575	67.069	56.121	47.372	43.350	59.518	2.068.924	42,48
Vencidas até 14 dias	5	3.675	169	725	1.200	722	134	36	124	6.790	0,14
Total em 31/12/2019	543.310	3.044.043	188.344	109.265	132.617	82.949	73.057	119.488	129.725	4.422.798	90,81
%	11,16	62,50	3,87	2,24	2,72	1,70	1,50	2,45	2,67	90,81	-
Total em 31/12/2018	731.031	3.284.113	227.964	109.056	229.893	134.250	115.708	56.751	121.533	5.010.299	88,64
%	12,93	58,10	4,03	1,93	4,07	2,38	2,05	1,00	2,15	88,64	-
Curso Anormal											
Parcelas vincendas	-	-	57.082	32.415	31.184	46.367	14.717	20.812	77.847	280.424	5,75
01 a 30 dias	-	-	4.473	2.165	2.347	2.099	1.035	1.190	5.315	18.624	0,38
31 a 60 dias	-	-	4.163	2.021	1.989	1.898	865	979	4.822	16.737	0,34
61 a 90 dias	-	-	3.902	1.889	1.861	1.789	846	990	4.427	15.704	0,32
91 a 180 dias	-	-	9.999	4.967	4.943	4.828	2.124	2.505	11.459	40.825	0,84
181 a 360 dias	-	-	14.567	7.488	7.133	7.339	3.035	3.842	17.167	60.571	1,24
Acima de 360 dias	-	-	19.978	13.885	12.911	28.414	6.812	11.306	34.657	127.963	2,63
Parcelas vencidas	-	-	7.793	7.650	9.378	12.982	9.908	11.767	107.549	167.027	3,44
01 a 14 dias	-	-	1	337	647	354	40	54	606	2.039	0,04
15 a 30 dias	-	-	7.595	2.670	2.541	2.561	1.442	1.627	7.768	26.204	0,54
31 a 60 dias	-	-	197	4.268	2.517	2.378	1.537	1.480	10.873	23.250	0,48
61 a 90 dias	-	-	-	261	3.163	3.243	1.608	1.720	9.839	19.834	0,41
91 a 180 dias	-	-	-	114	510	4.246	4.735	6.052	37.745	53.402	1,10
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	200	546	834	39.535	41.115	0,84
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	1.183	1.183	0,03
Total em 31/12/2019	-	-	64.875	40.065	40.562	59.349	24.625	32.579	185.396	447.451	9,19
%	-	-	1,33	0,82	0,83	1,22	0,51	0,67	3,81	9,19	-
Total em 31/12/2018	-	-	69.262	40.095	64.072	83.754	61.884	29.575	293.482	642.124	11,36
%	-	-	1,23	0,71	1,13	1,48	1,09	0,52	5,20	11,36	-
Total geral											
Total em 31/12/2019	543.310	3.044.043	253.219	149.330	173.179	142.298	97.682	152.067	315.121	4.870.249	100,00
%	11,16	62,50	5,20	3,06	3,55	2,92	2,01	3,12	6,48	100,00	-
Total em 31/12/2018	731.031	3.284.113	297.226	149.151	293.965	218.004	177.592	86.326	415.015	5.652.423	100,00
%	12,93	58,10	5,26	2,64	5,20	3,86	3,14	1,52	7,35	100,00	-

c) Composição da carteira por segmento

Descrição	Dez / 2019	%	Dez / 2018	%
Pessoa Física	3.627.149	74,49	3.945.552	69,80
Pessoa Jurídica	1.243.100	25,51	1.706.871	30,20
Construção civil	258.256	5,30	383.233	6,78
Transporte de passageiros, exceto aviação civil	137.866	2,83	155.412	2,75
Biocombustíveis e açúcar	116.580	2,39	151.111	2,67
Siderurgia	83.596	1,72	93.104	1,65
Prestação de serviços	81.000	1,66	116.527	2,06
Materiais de construção	62.394	1,28	67.961	1,20
Transporte de cargas e logística	36.187	0,74	51.658	0,91
Entretenimento, esporte e cultura	32.125	0,66	24.587	0,43
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionado	93.625	1,92	106.316	1,88
Soja	50.692	1,04	46.765	0,83
Outros	290.779	5,97	510.197	9,04
Total geral	4.870.249	100,00	5.652.423	100,00

d) Composição da carteira por produto

Dez / 2019											
Produtos	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%
Crédito Pessoal INSS - Débito em Conta	-	1.100.881	28.875	19.033	15.263	19.654	14.755	15.140	92.967	1.306.568	26,83
Crédito Consignado INSS	45	1.119.664	33.427	4.749	4.460	2.783	1.825	1.917	21.611	1.190.481	24,44
Capital de Giro	125.172	98.761	59.626	63.354	67.339	27.717	28.161	27.009	53.888	551.027	11,31
Crédito Consignado Público	-	325.674	19.041	2.110	5.566	1.258	600	924	3.355	358.528	7,36
Renegociação	-	-	-	-	67.507	85.046	29.870	31.864	100.246	314.533	6,46
Crédito Rural	210.895	1.827	1.033	43.369	-	-	3.219	8.266	8.511	277.120	5,69
Cartão de Crédito Consignado	-	253.483	564	458	320	422	405	438	4.181	260.271	5,34
Cheque Empresa	-	2.539	17.055	1.108	2.583	166	62	-	7.443	30.956	0,64
Cheque Especial	82	38.734	2.407	1.476	1.408	1.349	1.546	1.620	11.897	60.519	1,24
Conta Garantida	8.411	14.425	5.836	7.682	5.855	1.114	306	-	65	43.694	0,90
Câmbio	18.656	-	-	-	-	-	-	64.549	-	83.205	1,71
Crédito Imobiliário	42.054	1.442	43.425	-	-	-	-	-	-	86.921	1,78
Cartão de Crédito	1.328	58.677	2.766	820	757	288	268	285	2.075	67.264	1,38
Crédito Pessoal	133.996	14.141	29.686	1.424	1.354	2.363	60	52	3.214	186.290	3,83
Financiamento Veículos – CDC	-	2.804	1.501	3.148	95	-	-	-	1.735	9.283	0,19
Outros	2.671	10.991	7.977	599	672	138	16.605	3	3.933	43.589	0,90
Total geral	543.310	3.044.043	253.219	149.330	173.179	142.298	97.682	152.067	315.121	4.870.249	100,00

Os créditos rurais são compostos, principalmente, por operações securitizadas, indexadas ao IGP-M, que rendem juros médios ponderados de 0,58% ao ano e representam 4,44%, do total da carteira de operação de crédito, sendo o valor do principal de R\$ 204.678 e dos juros de R\$ 345, totalizando R\$ 205.023 em dezembro de 2019. Em dezembro de 2018, o valor do principal era R\$ 292.328 e dos juros de R\$ 929, totalizando R\$ 293.257.

7.4. Cessões de créditos

A Resolução CMN nº 3.533/08, com modificações posteriores, estabelece procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferências de ativos financeiros.

As operações de cessão de créditos na modalidade de operações com retenção substancial dos riscos e benefícios configuram-se pela prestação de coobrigação aos cessionários. Nesta modalidade, as operações cedidas permanecem registradas no ativo da instituição cedente e os recursos recebidos são registrados no ativo tendo como contrapartida o passivo financeiro decorrente da obrigação assumida. As receitas e despesas decorrentes dessas cessões são apropriadas no resultado pelo prazo remanescente das respectivas operações.

O Banco possui saldo de operações de crédito cedidas na modalidade com retenção substancial dos riscos e benefícios (Operações cedidas com coobrigação), conforme abaixo. Nessas operações, o Banco está exposto ao risco de crédito, de mercado e operacional, que são adequadamente monitorados e mitigados de conformidade com as normas em vigor (vide nota nº 22.), e retém como benefícios econômicos as receitas apuradas nas operações de cessão de crédito.

Descrição	Dez / 2019	Dez / 2018
Saldo das operações cedidas com coobrigação – a valor presente	24.051	58.352
Circulante	19.676	34.787
Não circulante	4.375	23.565
Saldo das obrigações assumidas – a valor presente	25.574	63.857
Circulante	20.699	29.633
Não circulante	4.875	34.224

No exercício, o Banco apurou receitas com operações de venda ou transferência de operações de crédito, decorrentes de operações cedidas sem retenção de risco, no montante de R\$ 215.575 (R\$ 93.129 em dezembro de 2018), em conformidade com a Resolução CMN nº 3.533/08, para o montante cedido de R\$ 745.360 (R\$ 443.818 em dezembro de 2018), a valor presente.

No exercício, as despesas com as operações de venda ou de transferências de ativos financeiros decorrem, basicamente, das obrigações assumidas em função do prazo remanescente das operações cedidas com retenção de risco, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.533/08, no montante de R\$ 9.386 (R\$ 18.577 em dezembro de 2018).

8. OUTROS CRÉDITOS

8.1. Créditos tributários

a) Composição dos créditos tributários:

Descrição	Dez / 2019	Dez / 2018
Imposto de Renda		
Base de Cálculo	1.291.008	1.300.122
Prejuízo fiscal	71.304	84.376
Diferenças temporárias	1.219.704	1.215.746
Total do efeito do IR	322.752	325.030
Contribuição Social		
Base de Cálculo	1.300.991	1.307.081
Diferenças temporárias à alíquota de 15%	119.700	1.215.745
Diferenças temporárias à alíquota de 20%	1.100.004	-
Base negativa à alíquota de 15%	18.162	91.336
Base negativa à alíquota de 20%	63.125	-
Efeito da CSL	253.305	196.062
Efeito MP nº 1.807/99, atual 2.158-35/01	6.665	7.188
Total do efeito da CSL	259.970	203.250
Total	582.722	528.280
Circulante	209.496	190.889
Não circulante	373.226	337.391

b) Movimentação dos créditos tributários:

Crédito Tributário	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal / Base negativa	MP nº 2.158-35/01 ⁽¹⁾
Imposto de Renda			
Saldos em 31/12/2018	303.935	21.095	-
Constituição	201.190	-	-
Realização	(201.968)	(3.267)	-
Efeito líquido no resultado	(778)	(3.267)	-
Outras	1.767	-	-
Saldos em 31/12/2019	304.924	17.828	-
Contribuição Social			
Saldos em 31/12/2018	180.572	15.490	7.188
Constituição	174.026	4.064	-
Realização	(121.069)	(2.415)	(523)
Efeito líquido no resultado	52.957	1.649	-
Outras	2.637	-	-
Saldos em 31/12/2019	236.166	17.139	6.665
Total		582.722	

⁽¹⁾ A realização da MP nº 2.158-35/01 não sensibiliza o resultado por se tratar de tributos compensáveis conforme dispõe o artigo 8º dessa MP.

c) Realização dos créditos tributários:

Os créditos tributários sobre adições temporárias decorrentes de contingências judiciais, cuja realização depende dos encerramentos dos questionamentos judiciais, montam em R\$ 107.889 (R\$ 94.547 em dezembro de 2018) e estão ativados com realização prevista até 2024.

Os créditos tributários compensáveis, constituídos e registrados em conformidade com a MP nº 1.807/99, atual 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, decorrem da aplicação da alíquota de 18,00% sobre a base negativa e adições temporárias ao lucro líquido para efeito de apuração da CSL, correspondentes a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998. Estes créditos não são regulados pela Resolução CMN nº 3.059/02 e estão ativados com realização prevista conforme demonstrado no quadro abaixo.

Os créditos tributários ativos, bem como os valores previstos de realização e seus respectivos valores presentes, calculados com base nas taxas de captação previstas para os exercícios correspondentes, são conforme seguem:

Realização do Crédito Tributário						
Exercícios	Imposto de Renda	Contribuição Social			Total	
	Crédito	Crédito	MP nº	Total	Dez / 2019	Dez / 2018
			2.158-35/01			
2019	-	-	-	-	-	191.794
2020	110.283	82.488	295	82.783	193.066	108.648
2021	50.645	42.221	5.675	47.896	98.541	68.200
2022	50.100	39.893	440	40.333	90.433	18.683
2023	1.472	923	114	1.037	2.509	140.955
2024 a 2026	110.252	87.780	141	87.921	198.173	-
Total	322.752	253.305	6.665	259.970	582.722	528.280
Valor Presente	285.623		229.903		515.526	434.669

Como citado anteriormente, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias são registrados de acordo com os requisitos previstos na Instrução CVM nº 371/02, Resolução CMN nº 3.059/02 e regulamentações complementares. A realização destes créditos tributários dependerá da efetiva materialização das projeções de lucros futuros previstos nos estudos técnicos elaborados pela Administração em dezembro de 2019 e aprovados pelos Conselhos de Administração e Fiscal. Assim, essas projeções de realização de créditos tributários são estimativas e não estão diretamente relacionadas com a expectativa de lucros contábeis.

Créditos tributários ativados

A Emenda Constitucional 103/2019 majorou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido do setor bancário de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de março de 2020. Como decorrência, houve a atualização dos créditos tributários constituídos sobre adições temporárias e base negativa que se tornarão dedutíveis a partir da entrada em vigor de referida alíquota majorada, no valor de R\$ 56.579, em conformidade com o § 2º do artigo 1º da Circular Bacen nº 3.171/02 (vide nota nº 20).

8.2. Devedores por depósitos em garantia

Descrição	Dez / 2019	Dez / 2018
Depósitos recursais trabalhistas	25.892	29.691
Depósitos judiciais trabalhistas	76.424	76.422
Depósitos judiciais fiscais	91.063	88.080
Depósitos de ações cíveis	25.022	21.805
Total – Não circulante	218.401	215.998

As obrigações legais e as eventuais provisões trabalhistas, cíveis e tributárias correspondentes a estas causas estão provisionadas e classificadas na rubrica “Provisão para Outros Passivos” (vide nota nº 12.4.a).

8.3. Impostos a compensar

Descrição	Dez / 2019	Dez / 2018
COFINS – Lei nº 9.718/98 ^(I)	7.759	7.571
Contribuição social ^(II)	413	1.252
Imposto de renda pessoa jurídica ^(III)	552	1.445
Impostos e contribuições retidos na fonte	2.415	3.699
PIS/COFINS ^(III)	-	1.349
Antecipação IRPJ/CSLL	19.191	1.321
PERT ^(IV)	203	3.873
Total	30.533	20.510
Circulante	21.399	6.874
Não circulante	9.134	13.636

^(I) O valor da COFINS decorre de ação judicial, transitada em julgado em fevereiro de 2010, para recolher a COFINS sobre a base de cálculo reduzida, além de reaver o que pagou a maior sobre a diferença entre a base estendida pela Lei nº 9.718/98 e a base contemplando somente prestação de serviços. Em fevereiro de 2010, o Banco passou a recolher a

COFINS com base nas receitas de prestação de serviços, com amparo na citada decisão judicial transitada em julgado e reconheceu o crédito no montante de R\$ 204.770, líquido dos impostos. O ativo registrado foi apurado pela diferença entre a COFINS paga sobre a receita bruta e a COFINS apurada sobre as receitas de prestação de serviços. O Banco, desde o exercício de 2010, habilitou o referido crédito junto à Receita Federal do Brasil e passou a utilizá-lo em compensação com tributos administrados por este órgão. Com a edição da Lei nº 12.973/14, o Banco passou a recolher a COFINS com base na receita bruta de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77.

Da mesma forma, destaca-se que o crédito de PIS decorrente de ação transitada em julgado, reconhecido em dezembro de 2005, no montante de R\$ 15.950, líquido dos impostos, que teve como mérito recolher este tributo sobre a base de cálculo reduzida e reaver o que pagou a maior sobre a diferença entre a base estendida pela Lei nº 9.718/98 e a base contemplando somente as receitas de prestação de serviços, foi totalmente compensado, em exercícios anteriores, com tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.

Muito embora exista trânsito em julgado nas ações do PIS e COFINS acima referidas, que caracterizam os créditos como líquidos e certos, a Receita Federal do Brasil homologou parcialmente as respectivas compensações, contestando o alcance do êxito obtido nas ações judiciais. As discussões administrativas em andamento têm avaliação de risco remoto por consultores jurídicos externos, na forma do item 86 do CPC 25, aprovado pela Deliberação CVM nº 594/09 e Resolução CMN nº 3.823/09. Não obstante a classificação de risco remoto de referidos processos, o Banco considerou adequado contratar seguro garantia – fiança para o caso de eventual necessidade de garantir o juízo em face de ação judicial (vide notas nº 5.1. e 9.2. (V)).

^(II) Referem-se, basicamente, aos saldos credores apurados na DIPJ de exercícios anteriores.

^(III) Refere-se, basicamente, à recuperação dos tributos COFINS e PIS, da controlada Banco Mercantil de Investimentos S.A., recolhidos a maior sobre receitas que não se enquadram no conceito de receita bruta, de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, com redação dada pela Lei nº 12.973/14, compensado totalmente no exercício de 2019.

^(IV) Refere-se a créditos tributários, adquiridos de controladas, a serem utilizados na liquidação de tributos, em conformidade com o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) de que trata a Lei nº 13.496/17.

8.4. Pagamentos a ressarcir

Descrição	Dez / 2019	Dez / 2018
COFINS	1.002	980
FGTS	508	506
Outros	288	556
Total	1.798	2.042
Circulante	796	772
Não circulante	1.002	1.270

Créditos a recuperar “sub judice”

Em novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal – STF julgou inconstitucional o §1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, que instituiu nova base de cálculo para fins de apuração da COFINS, desde fevereiro de 1999, ao ampliar o conceito de faturamento. Assim, a base de cálculo da COFINS foi reduzida e ensejou a criação de um direito líquido e certo de reaver o que pagou-se a maior.

As instituições financeiras controladas possuem ações judiciais individuais em curso e na avaliação de seus consultores jurídicos externos o êxito destas ações é muito provável. Logo, caso o desfecho destas ações seja favorável, o montante dos créditos a serem reconhecidos e registrados contabilmente correspondem em R\$ 20.025 (R\$ 19.508 em dezembro de 2018).

8.5. Títulos e créditos a receber

Descrição	Dez / 2019	Dez / 2018
Cartão de crédito ^(I)	75.192	72.144
Créditos a receber ^(II)	58.069	171.315
Precatórios	16.787	24.101
Direitos creditórios	35.062	35.702
Títulos de capitalização	12.971	9.674
Outros	80	9
Total	198.161	312.945
Circulante	150.564	287.151
Não circulante	47.597	25.794

^(I) Referem-se aos valores devidos pelos clientes referentes às compras efetuadas em cartões de crédito. Os respectivos valores a serem repassados para a administradora de cartão estão registrados em conta do passivo (vide nota nº 12.5.).

^(II) Referem-se, basicamente, a valores a liquidar por instituição cessionária, após a transferência do domicílio bancário das operações cedidas, referentes às cessões de créditos, sem retenção de riscos, ocorridas no período.

8.6. Rendas a receber

Refere-se, basicamente, ao reconhecimento de crédito a receber referente à cláusula de ajuste de preço de venda, contida no contrato de alienação de participação societária na Cia de Seguros Minas Brasil celebrado, em 2008, entre o Banco e a Zurich Participações e Representações Ltda. O ajuste refere-se a desfecho favorável, em 2013, em ação judicial através da qual a Cia de Seguros Minas Brasil discutia com a União Federal sua condição de não contribuinte da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, decidida anteriormente em outra ação judicial transitada em julgado.

8.7. Devedores diversos

Refere-se, basicamente, às parcelas de Cartão de Crédito Consignado já baixadas e aguardando o repasse dos recursos financeiros pelo INSS, no montante de R\$ 30.918 (R\$ 26.339 em dezembro de 2018).

9. OUTROS VALORES E BENS

9.1. Outros valores e bens

Descrição	Dez / 2019	Dez / 2018
Imóveis - dação em pagamento	286.030	368.890
Veículos e afins	3	239
Material em estoque	2.045	1.816
Outros bens não de uso	3	71
(-)Provisão para desvalorizações ^(I) (vide nota nº 19.)	(114.238)	(64.255)
Total – Circulante	173.843	306.761

^(I) No período, houve aprimoramento das estimativas para perdas com bens não de uso, resultando em complemento de provisão no valor de R\$ 63.743.

9.2. Despesas antecipadas

Descrição	Dez / 2019	Dez / 2018
Comissão sobre originação de operações de crédito	1.131	5.920
Comissão sobre originação de operações de crédito – Circular Bacen nº 3.693/13	595	2.892
Custo de serviço de preparação de documentos e digitação de proposta de negócios	68	281
Custos diferidos captações internas e no exterior	4	734
Custo seguro garantia – fiança ^(I)	92.948	58.277
Demais despesas antecipadas ^(II)	4.640	2.238
Total	99.386	70.342
Circulante	35.378	31.199
Não circulante	64.008	39.143

^(I) Refere-se ao custo de seguro garantia – fianças em processos administrativos e judiciais cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com a vigência da apólice.

^(II) Referem-se, basicamente, a IPTU, aluguéis, taxa de alvará e licenciamento das agências, cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com os prazos contratuais.

10. ATIVO PERMANENTE

10.1. Investimentos

a) Participações em sociedades controladas

Descrição	EMPRESAS				TOTAL
	MBIA	MACS	RAACSPPCB	MBEI	
	(1)	(2)	(3)	(4)	
Dezembro de 2019					
Capital social	28.937	4.853	24.901	43.000	101.691
Patrimônio líquido antes dos dividendos	32.194	7.137	62.411	74.683	176.425
Total de ações	34.044	53.925	14.648	43.000	-
Ações ON	34.044	53.925	14.648	43.000	-
Participação %	100	92,83	100	100	-
Lucro societário do período	(451)	104	15.924	(235)	15.342
(-) Dividendos distribuídos ao Banco	-	(23)	(4.101)	-	(4.124)
Resultado de participações em coligadas e controladas	(595)	81	15.540	(419)	14.607
Equivalência patrimonial	(451)	81	15.924	(235)	15.319
Ajuste da equivalência patrimonial - COSEFI	(144)	-	(384)	(184)	(712)
Ajuste de investimentos	(4.766)	-	(12.699)	(6.091)	(23.556)
Valor dos investimentos	27.428	6.602	45.611	68.592	148.233
Dezembro de 2018					
Capital social	28.937	4.853	20.507	43.000	92.903
Patrimônio líquido antes dos dividendos	32.646	7.064	49.183	74.972	163.865
Total de ações	34.044	53.925	14.648	43.000	-
Ações ON	34.044	53.925	14.648	43.000	-
Participação %	100	76,07	100	100	-
Lucro societário do período	(692)	115	10.502	205	10.130
(-) Dividendos distribuídos ao Banco	-	(23)	(2.695)	(54)	(2.772)
Resultado de participações em coligadas e controladas	(830)	88	10.136	29	9.423
Equivalência patrimonial	(692)	88	10.502	205	10.103
Ajuste da equivalência patrimonial - COSEFI	(138)	-	(366)	(176)	(680)
Ajuste de investimentos	(4.659)	-	(12.414)	(5.955)	(23.028)
Valor dos investimentos	27.987	5.351	34.074	68.963	136.375
(1) Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A.					
(2) Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A. (Controlada Indireta)					
(3) Resolva Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Correspondente Bancário S.A. (vide nota nº 2.2.)					
(4) Mercantil do Brasil Empreendimentos Imobiliários S.A.					

Em Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril de 2019 foi deliberado o aumento do capital social da Resolva Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Correspondente Bancário S.A. do montante de R\$ 20.507 para R\$ 24.901, sem alteração na quantidade de ações, mediante incorporação de parte da “Reservas Estatutárias – Para Aumento de Capital”, no montante de R\$ 4.394.

b) Provisão para perdas em investimentos

Refere-se, substancialmente, a constituição de provisão para desvalorização das cotas do FII, Fundo de investimento imobiliário de titularidade da controlada MBEI, constituída em 2015, no montante de R\$ 47.352, sem alteração no período.

10.2. Imobilizado de uso

Movimentação dos bens do imobilizado de uso, líquidos da depreciação:

Descrição	Dez / 2018	Adições	Transferências		Baixas	Dez / 2019
			Entradas	Saídas		
Imobilizado em estoque	5.437	10.451	-	(11.284)	-	4.604
Imóveis de uso	18.261	-	-	-	-	18.261
Instalações	80.731	5.459	-	-	(4.187)	82.003
Móveis e equipamentos de uso	48.694	2.670	647	-	(572)	51.439
Sistema de comunicação	5.451	189	55	-	(7)	5.688
Sistema de processamento de dados	75.978	6.851	10.444	-	(173)	93.100
Sistema de segurança	6.290	657	138	-	(34)	7.051
Sistema de transporte	37	-	-	-	-	37
(-) Depreciação	(111.295)	(28.871)	-	-	4.822	(135.344)
Total	129.584	(2.594)	11.284	(11.284)	(151)	126.839

O saldo do imobilizado contempla reservas de reavaliação que será mantido até a sua efetiva realização, no montante de R\$ 126 (R\$ 134 em dezembro de 2018) (vide nota nº 13.3.).

10.3. Intangível

Movimentação dos itens do intangível, líquido da amortização:

Descrição	Dez / 2018	Adições	Transferências		Baixas	Dez / 2019
			Entradas	Saídas		
Software	124.096	28.513	11.181	(11.181)	(12.335)	140.274
Intangíveis em uso	116.749	14.224	9.439	(1.742)	(12.146)	126.524
Intangíveis em desenvolvimento	7.347	14.289	1.742	(9.439)	(189)	13.750
(-) Amortização	(76.595)	(18.876)	-	-	11.838	(83.633)
Total	47.501	9.637	11.181	(11.181)	(497)	56.641

11. CAPTAÇÕES

11.1. Depósitos

Descrição	Depósitos				Total	
	À Vista	Poupança	Interfinanceiros	A Prazo	Dez / 2019	Dez / 2018
Indeterminado	313.027	200.773	-	1.188	514.988	469.985
Até 30 dias	-	-	-	95.164	95.164	30.919
De 31 a 60 dias	-	-	-	112.153	112.153	66.488
De 61 a 90 dias	-	-	-	85.811	85.811	44.036
De 91 a 180 dias	-	-	-	286.832	286.832	324.846
De 181 a 360 dias	-	-	54.936	693.886	748.822	597.257
Acima de 360 dias	-	-	-	4.925.353	4.925.353	5.207.834
Total	313.027	200.773	54.936	6.200.387	6.769.123	6.741.365
Circulante	313.027	200.773	54.936	1.275.034	1.843.770	1.533.531
Não circulante	-	-	-	4.925.353	4.925.353	5.207.834

11.2. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

Recursos de letras do agronegócio, imobiliárias, de crédito e similares

Descrição	Letras de Crédito do Agronegócio	Letras de Crédito Imobiliário	Letras Financeiras	Total	
				Dez / 2019	Dez / 2018
Até 30 dias	84	-	276	360	5.820
De 31 a 60 dias	12.987	424	-	13.411	19.751
De 61 a 90 dias	6.438	274	1.541	8.253	11.411
De 91 a 180 dias	47.553	513	2.401	50.467	122.080
De 181 a 360 dias	75.163	3.925	12.523	91.611	57.718
Acima de 360 dias	-	-	833	833	21.435
Total	142.225	5.136	17.574	164.935	238.215
Circulante	142.225	5.136	16.741	164.102	216.780
Não circulante	-	-	833	833	21.435

11.3. Outras obrigações – Dívidas Subordinadas

Papel	Trimestre / Ano		Valor da Operação	Remuneração	Saldos em US\$ mil		Saldos em R\$ mil	
	Emissão	Vencimento			Dez / 2019	Dez/ 2018	Dez / 2019	Dez/ 2018
Dívida Subordinada	3º/2010	3º/2020	US\$ 250.000	9,63% a.a	140.875	139.616	567.739	540.901
Total					140.875	139.616	567.739	540.901
Circulante					140.875	6.906	567.739	26.757
Não circulante					-	132.710	-	514.144

Em julho de 2010, o Banco emitiu *tranche do Tier II*, no montante de US\$ 250.000, cuja aprovação como dívida subordinada foi homologada pelo Bacen em setembro de 2010, passando a integrar o nível II do Patrimônio de Referência, contemplado na apuração do índice da Basileia (vide nota nº 14.). Em 2015, o saldo de principal dos títulos no exterior foi reduzido de US\$ 250.000 para US\$ 155.383 devido a recompras realizadas que levaram em consideração a existência de excesso de margem não utilizada da referida emissão externa para fins de enquadramento de limites operacionais, as condições vantajosas para recompra dos títulos e os objetivos estratégicos da Instituição.

Em outubro de 2018, o Banco, após autorização do Banco Central do Brasil, lançou nova oferta de recompra parcial de referidos títulos, que alcançou o montante de até US\$ 20.843, em conformidade com os objetivos estratégicos da Instituição e com observância das normas que regem o assunto. Após a recompra, o saldo de principal dos títulos no exterior foi reduzido para US\$ 134.540, em novembro de 2018. Referido saldo é objeto de *hedge accounting*, conforme nota nº 5.2. Maiores informações no *site* da CVM (www.cvm.gov.br) e no *site* da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

A dívida subordinada, com vencimento no 3º trimestre de 2020, passou a apresentar prazo de vencimento inferior a um ano e, portanto, deixou de ser utilizada na composição do nível II do Patrimônio de Referência, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/2013.

11.4. Outras obrigações – Instrumentos de dívida elegíveis a capital

Papel	Trimestre / Ano		Valor da Operação	Dez / 2019	Dez / 2018
	Emissão	Vencimento			
Letra Financeira Subordinada - Nível II ^(I)	3º / 2016	3º / 2023	30.293	30.817	30.935
	3º / 2016	4º / 2023	7.258	7.363	7.388
	4º / 2016	4º / 2023	50.837	51.979	51.922
	1º / 2017	1º / 2024	16.883	18.288	19.630
	1º / 2017	2º / 2024	300	304	305
	2º / 2017	2º / 2024	21.417	22.095	23.049
	2º / 2017	3º / 2024	2.100	2.260	2.353
	3º / 2017	3º / 2024	6.690	6.839	7.314
	3º / 2017	4º / 2024	6.775	6.875	6.899
	4º / 2017	4º / 2024	61.447	64.417	64.780
	4º / 2017	1º / 2025	600	657	635
	1º / 2018	1º / 2025	12.522	13.646	13.130
	1º / 2018	2º / 2025	800	910	847
	2º / 2018	2º / 2025	16.202	17.726	16.818
	2º / 2018	3º / 2025	2.980	3.286	3.102
	3º / 2018	3º / 2025	20.795	22.103	21.367
	4º / 2018	4º / 2025	15.073	16.214	15.242
	1º / 2019	1º / 2026	8.510	8.884	-
	2º / 2019	2º / 2026	17.329	17.852	-
	3º / 2019	3º / 2026	19.427	19.900	-
4º / 2019	4º / 2026	11.810	11.915	-	
Letra Financeira Subordinada – Capital Complementar ^(II)	2º / 2018	Perpétua	300	346	317
	4º / 2018	Perpétua	4.000	4.360	4.009
	1º / 2019	Perpétua	5.381	5.564	-
	2º / 2019	Perpétua	400	424	-
	2º / 2019	Perpétua	7.000	7.080	-
	3º / 2019	Perpétua	1.253	1.278	-
	3º / 2019	Perpétua	7.900	8.187	-
	4º / 2019	Perpétua	600	610	-
	4º / 2019	Perpétua	3.116	3.142	-
Total				375.321	290.042
Circulante				5.775	8.142
Não circulante				369.546	281.900

^(I) Letra Financeira Subordinada - Nível II - emissão indexada entre 120% a 130% da taxa CDI.

^(II) Letra Financeira Subordinada - Capital Complementar - emissão indexada entre 140% a 150% da taxa CDI.

O total da Letra Financeira Subordinada - Nível II, homologado ao nível II do Patrimônio de Referência nos termos da Resolução CMN nº 4.192/13, monta em R\$ 311.581 (R\$ 283.206 em dezembro de 2018).

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

12.1. Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados

Refere-se a tributos federais, estaduais e municipais a pagar no montante de R\$ 2.223 (R\$ 3.314 em dezembro de 2018).

12.2. Sociais e estatutárias

Refere-se, basicamente, à participação nos lucros a pagar dos empregados e administradores e aos juros sobre capital próprio a pagar, referentes aos exercícios de 2019 e 2018.

12.3. Fiscais e previdenciárias

Descrição	Dez / 2019	Dez / 2018
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	116	1.891
Outros impostos e contribuições a recolher	31.054	28.692
Provisão para imposto de renda diferido	3.021	3.201
Total	34.191	33.784
Circulante	34.179	33.772
Não circulante	12	12

12.4. Provisão e passivos contingentes

a) Provisão para outros passivos

Descrição	Dez / 2019	Dez / 2018
Provisões para riscos fiscais	116.046	114.150
Provisões para processos trabalhistas	152.823	121.534
Provisões para processos cíveis	35.170	32.577
Outras	216	324
Total – Não circulante	304.255	268.585

As provisões trabalhistas e cíveis são registradas de acordo com estudos técnicos realizados pelos consultores jurídicos externos, cuja metodologia aplicada resulta numa melhor avaliação destas contingências. Em síntese, os referidos estudos apuram os percentuais de perda dos processos encerrados nos últimos dois anos para as ações cíveis e três anos para as ações trabalhistas, que são aplicados nas causas vigentes. Adicionalmente, nas ações trabalhistas com depósitos judiciais ou em fase de execução provisória, com relevância e com cálculos homologados, provisiona-se o montante integral dos respectivos depósitos e dos valores homologados. Cabe destacar que os processos trabalhistas movidos pelo Sindicato dos Bancários são analisados individualmente, não considerando, portanto, o percentual de perda histórica. As provisões decorrentes de processos trabalhistas e cíveis são consideradas suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis.

No caso das provisões para riscos fiscais (obrigações legais), o Banco possui ações judiciais em andamento, nas quais discute a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos. Referidos tributos estão provisionados, não obstante chances de êxito, de acordo com a opinião dos consultores jurídicos externos.

A Administração acompanha regularmente o andamento das obrigações legais referentes aos processos trabalhistas, cíveis e fiscais, incluindo os classificados como de risco provável pelos consultores jurídicos externos. O desfecho dessas ações judiciais poderá resultar em reversão das respectivas provisões para os processos em que o Banco venha obter favorável êxito judicial. Estas provisões são compostas como segue:

Descrição	Dez / 2019	Dez / 2018
COFINS ^(I)	14.255	13.684
CSL ^(II)	14.070	13.829
INSS ^(III)	61.744	63.146
PIS ^(IV)	8.466	8.343
ISS ^(V)	17.281	14.927
Outros	230	221
Total – Não circulante	116.046	114.150

^(I) Referem-se ao questionamento da majoração da alíquota de 3,00% para 4,00% e da majoração da base de cálculo.

^(II) Refere-se, basicamente, ao questionamento da majoração da alíquota de CSL, instituída pelas Leis nº 8.114/90, LC nº 70/91, Emendas Constitucionais nºs 01/94 e 10/96 e Lei nº 9.316/96. Os valores estão depositados judicialmente.

^(III) Refere-se a questionamento judicial da majoração da alíquota do SAT (Decreto nº 6.042/07), majoração do SAT/RAT pelo índice do FAP, majoração da alíquota da contribuição previdenciária de 15% para 20%, relativa a autônomos, diretores e administradores (Lei nº 9.876/99) e outros.

^(IV) Refere-se, basicamente, ao questionamento da majoração da base de cálculo do PIS, instituída pela Emenda Constitucional nº 01/94, posteriormente substituída pela Emenda Constitucional nº 10/96, que continuou a exigir a incidência do PIS sobre a receita bruta operacional, retroagindo sua cobrança desde janeiro de 1996. Os valores estão depositados judicialmente.

(v) Refere-se, basicamente, a questionamentos judiciais provenientes de autos de infração e de demandas judiciais relativo ao ISS. A matéria discutida, na sua maioria, está relacionada às exigências fiscais municipais que extrapolam os ditames da Lei Complementar nº 116/03, no que tange a tributação de receitas que não estão relacionadas a prestação de serviços.

b) Movimentação da provisão para outros passivos

Descrição	Riscos Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldos em 31/12/2018	114.150	121.534	32.577
Constituição / (Reversão) ⁽¹⁾	453	62.812	41.433
Atualização Monetária	2.996	10.321	876
Liquidações	(3.310)	(41.844)	(39.716)
Atualização de Depósitos	1.757	-	-
Saldos em 31/12/2019	116.046	152.823	35.170
Depósitos judiciais (vide nota nº 8.2.)	91.063	102.316	25.022

(1) No período, houve aperfeiçoamento das estimativas para perdas trabalhistas, resultando em complemento de provisão no valor de R\$ 37.187 (vide nota 12.4. a)

c) Passivos contingentes

O Mercantil do Brasil tem ações de naturezas cíveis e tributárias envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, para as quais não há provisões constituídas, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/09 e Deliberação CVM nº 594/09. O saldo das ações cíveis posicionou-se em R\$ 1.104 (R\$ 1.074 em dezembro de 2018). As ações tributárias totalizaram R\$ 11.187 (R\$ 10.698 em dezembro de 2018).

Além das ações contingentes, de naturezas cíveis e tributárias, acima referidas, o Banco estava sujeito ao pagamento de possíveis indenizações fixadas no Contrato de Alienação Societária da Cia de Seguros Minas Brasil, atual Zurich Participações e Representações Ltda, relativamente a reembolso de sinistros ocorridos e pendentes de pagamento à época do fechamento do negócio. Para solucionar tais questões, o Banco, em atenção ao que prevê o contrato e após notificações encaminhadas, entendeu por bem instaurar Procedimento de Arbitragem junto à Câmara de Comércio Brasil-Canadá. No segundo semestre de 2015, as partes transacionaram e chegaram a um acordo em relação à totalidade da controvérsia objeto do procedimento arbitral, cuja provisão foi encerrada no terceiro trimestre de 2019, e montava em R\$ 1.497 em dezembro de 2018.

12.5. Credores diversos - País

Descrição	Dez / 2019	Dez / 2018
Sistema de cartão de crédito ⁽¹⁾	83.986	82.000
Provisão para despesas administrativas	45.955	46.524
Provisão comissões sobre colocações serviços intermediação de operação de crédito	4.296	5.191
Outros	34.224	30.636
Total – Circulante	168.461	164.351

(1) Refere-se a valores a pagar às operadoras de cartão, que são as responsáveis pelo pagamento aos estabelecimentos comerciais das compras procedidas pelos clientes do Mercantil do Brasil.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1. Capital social

O Capital social – de domiciliados no país é dividido em ações nominativas escriturais, da seguinte forma:

Ações	MB – Múltiplo			
	Dez / 2019		Dez / 2018	
	Quantidade	R\$ mil	Quantidade	R\$ mil
Ordinárias	32.577.872	306.232	32.577.872	306.232
Preferenciais	19.837.918	186.476	19.837.918	186.476
Total	52.415.790	492.708	52.415.790	492.708
Valor nominal em reais	9,40		9,40	

O Capital Social do Banco poderá ser aumentado em até o limite de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), independentemente de alteração do Estatuto Social, nos termos do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, mediante deliberação do Conselho de Administração. Competirá ao Conselho de Administração fixar o preço e prazo de subscrição e integralização, bem como as demais condições da emissão de ações.

13.2. Reservas de capital e de lucros

Descrição	Dez / 2019	Dez / 2018
Reserva de capital ^(I)	43.375	43.375
Reservas de lucros	365.958	278.485
Reserva legal ^(II)	70.911	64.841
Reservas estatutárias ^(III)	295.047	213.644

^(I) São representadas por reserva de ágio na subscrição de ações.

^(II) Constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social.

^(III) Constituída com base no lucro líquido remanescente após todas as destinações estabelecidas pelo estatuto, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

Conforme disposição estatutária, está assegurado aos acionistas o pagamento de dividendo obrigatório, em percentual que poderá ser uniforme ou variável em cada semestre, mas que deverá perfazer, no mínimo, 25% do lucro líquido de cada exercício social.

É assegurado aos titulares das ações preferenciais o direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária ou o direito ao recebimento de dividendos mínimos anuais não cumulativos de 7% para o Banco Mercantil de Investimentos e 6% para as demais instituições do Conglomerado Prudencial sobre o valor nominal da ação, sendo efetivamente pago o dividendo que, dentre essas duas alternativas, represente o de maior valor.

Conforme definição estatutária é destinado até 90% do lucro líquido para o Banco Mercantil do Brasil S.A e 70% para as demais instituições do Conglomerado Prudencial, após a distribuição de dividendos e constituição da reserva legal, para reservas estatutárias para aumento de capital, limitada a 80% do capital social. O saldo remanescente é direcionado para reservas estatutárias de dividendos futuros.

No exercício de 2019, foram declarados dividendos aos acionistas, na forma de Juros sobre o Capital Próprio, no valor de R\$ 33.935 (R\$ 14.929 em dezembro de 2018), correspondente a um valor líquido de imposto de renda de R\$ 28.845 (R\$ 12.690 em dezembro de 2018), cabendo às ações ordinárias R\$ 0,530252 (R\$ 0,046076 em dezembro de 2018) e às ações preferenciais R\$ 0,583277 (R\$ 0,564000 em dezembro de 2018) por ação, líquido do imposto de renda. O benefício fiscal gerado foi de R\$ 13.574 (R\$ 6.718 em dezembro de 2018).

A destinação do lucro líquido é como segue:

Descrição	Dez / 2019	Dez / 2018
Lucro líquido dos exercícios	121.400	53.403
Realização de reservas de reavaliação	8	8
Total a ser destinado	121.408	53.411
Reserva legal	6.070	2.670
Reservas estatutárias	81.403	35.812
Para aumento de capital	73.263	32.231
Para dividendos futuros	8.140	3.581
Juros sobre o capital próprio imputados ao dividendo:	33.935	14.929
Valor líquido	28.845	12.690
Imposto de renda na fonte	5.090	2.239

13.3. Reservas de reavaliação

Em cumprimento ao disposto no artigo 4º, § 2º, da Instrução CVM nº 469/08, o Banco e Controladas optaram por manter, até a sua efetiva realização, os saldos das reservas de reavaliação constituídas até a vigência da Lei nº 11.638/07, inclusive as reavaliações reflexas decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial. Atualmente, o saldo da reserva de reavaliação oriunda das reavaliações refere-se aos imóveis da controlada Mercantil do Brasil Empreendimentos Imobiliários S.A., que monta em R\$ 126 (R\$ 134 em dezembro de 2018).

14. GERENCIAMENTO DE CAPITAL E LIMITES OPERACIONAIS

O Mercantil do Brasil dispõe de Estrutura de Gerenciamento de Capital, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.988/11, que compreende o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que está sujeita e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos.

A Estrutura de Gerenciamento de Capital Mercantil do Brasil abrange todas as Instituições do Conglomerado Prudencial, conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), considerando também os possíveis impactos oriundos dos riscos associados às demais empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro. Esta estrutura é compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e a dimensão de sua exposição a riscos. É constituída em uma unidade única, centralizada na Gerência de Gestão da Estratégia e Orçamento e subordinada ao Comitê Diretivo do Mercantil do Brasil.

Com o objetivo de garantir a efetividade do Gerenciamento de Capital, a organização estrutural contempla, ainda, uma atuação compartilhada de responsabilidades e controles, em que todos os envolvidos devem acompanhar a conformidade de seus processos, estabelecendo e praticando controles internos e planos de ação que minimizem os riscos e corrijam as deficiências.

A gestão do capital possibilita à Instituição uma avaliação consistente do Capital necessário para suportar o crescimento projetado, além da adoção de uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de Capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Dentro deste contexto, o Mercantil do Brasil tem como objetivo otimizar o capital alocado nos segmentos de negócios, com foco na utilização eficiente deste capital e sua rentabilização, atendendo aos requerimentos mínimos de capital regulamentar exigidos.

As regras de mensuração do capital regulamentar, conhecido como Basileia III, nos termos da Resolução CMN nº 4.192/13, contemplam em sua metodologia a mensuração, a análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Complementarmente, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.193/13, ficou estabelecida a exigência mínima de 8,625% de Patrimônio de Referência em relação aos ativos ponderados pelo risco, até dezembro de 2018 e 8,0% a partir de janeiro de 2019. Estabeleceu-se, também, requerimentos mínimos de Capital Nível I de 6,0% a partir de janeiro de 2015; e de Capital Principal de 4,5% desde outubro de 2013. Ficou estabelecido, ainda, a exigência de um adicional de capital principal de 2,5% em 2019 e 1,875% em 2018.

O quadro abaixo demonstra a apuração consolidada do índice de Basileia III:

Descrição	Dez / 2019	Dez / 2018
a) Patrimônio de Referência - PR (a = b + c)	934.923	966.858
b) Patrimônio de Referência Nível I	686.972	628.549
b.1) Capital Principal – CP	655.049	627.227
b.2) Capital Complementar - CC	31.923	1.322
- LFs Subordinadas	30.990	317
- Ajuste Participações de não controladores Nível I	933	1.005
c) Patrimônio de Referência Nível II	247.951	338.309
c.1) Dívidas Subordinadas/LFs Subordinadas	246.707	336.969
c.2) Ajuste Participações de não controladores do Nível II	1.244	1.340
d) Ativos Ponderados por Risco (RWA)	5.601.800	6.077.526
d.1) RWA Para Risco de Crédito por Abordagem Padronizada - RWA_{cpad}	4.461.193	4.922.712
d.2) RWA Para Risco de Mercado - RWA_{mpad}	10.559	7.833
d.3) RWA Para Risco Operacional por Abordagem Padronizada - RWA_{opad}	1.130.048	1.146.981
e) Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA (e = d x 8,625% até dezembro de 2018 e 8,000% a partir de janeiro 2019)	448.144	524.187
f) Margem Sobre o Patrimônio de Referência Requerido (f = a - e)	486.779	442.671
g) Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido para o RWA (g = d x 6,0% desde janeiro de 2015)	336.108	364.652
h) Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido (h = b - g)	350.864	263.897
i) Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA (i = d x 4,5%)	252.081	273.489
j) Margem sobre o Capital Principal Requerido (j = b.1 - i)	402.968	353.738
k) Valor Correspondente ao R_{ban}	57.771	30.229
l) Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA e para R_{ban} (l = e + k)	505.915	554.416
m) Margem sobre o PR Considerando a R_{ban} (m = a - l)	429.008	412.442
n) Valor requerido de adicional de capital principal (n = d x 1,875% no ano de 2018 e 2,500% a partir de janeiro de 2019)	140.045	113.954
o) Índice de Basileia (o = a/d x 100)	16,69	15,91
p) Capital de Nível I (p = b/d x 100)	12,26	10,34
q) Capital Principal (q = b.1/d x 100)	11,69	10,32

Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50,00% do valor do patrimônio líquido ajustado na forma da regulamentação em vigor. O Banco optou pela apuração dos índices de imobilização e de risco consolidados, abrangendo todas as instituições financeiras do conglomerado, posicionando o índice de imobilização em 24,49% (22,71% em dezembro de 2018).

RAZÃO DE ALAVANCAGEM

Em atendimento à Circular Bacen nº 3.748/15, o Banco apura a Razão de Alavancagem (RA) da estrutura patrimonial. Trata-se da relação entre o Nível I de Patrimônio de Referência, de que trata a Resolução CMN nº 4.192/13 e normas complementares, e a Exposição Total apurada na forma do artigo 2º da Circular Bacen nº 3.748/15.

Maiores detalhes sobre a Política de Gerenciamento de Capital e razão de alavancagem (RA) de sua estrutura patrimonial, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no *site*, (www.mercantildobrasil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

15.1. Transações entre partes relacionadas

São realizadas com os prazos, taxas e condições compatíveis às praticadas no mercado vigente, considerando ausência de risco e são como segue:

Empresas / Transações	Ativo/ (Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	Dez / 2019	Dez / 2018	Dez / 2019	Dez / 2018
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	20.027	747	15.321
Banco Mercantil de Investimentos S.A. ⁽¹⁾	-	-	279	9
Mercantil do Brasil Financeira S.A. ⁽¹⁾	-	20.027	468	15.312
Títulos e créditos a receber	3	-	-	-
Banco Mercantil de Investimentos S.A. ⁽¹⁾	2	-	-	-
Mercantil do Brasil Financeira S.A. ⁽¹⁾	1	-	-	-
Valores a receber de ligadas	485	565	5.827	6.455
Banco Mercantil de Investimentos S.A. ⁽¹⁾	129	155	1.468	1.213
Mercantil do Brasil Corretora S.A. ⁽¹⁾	10	13	159	179
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. ⁽¹⁾	2	3	31	33
Mercantil do Brasil Financeira S.A. ⁽¹⁾	273	336	3.410	4.240
COSEFI – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ⁽¹⁾	10	10	120	121
Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A. ⁽¹⁾	2	2	28	25
Resolva Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Correspondente Bancário S.A. ⁽¹⁾	49	35	469	401
Mercantil do Brasil Empreendimentos Imobiliários S.A. ⁽¹⁾	2	3	34	35
Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A. ⁽¹⁾	7	8	101	204
SANSA – Negócios Imobiliários S.A. ⁽¹⁾	1	-	7	4
Depósitos	(139.381)	(133.481)	(6.700)	(7.773)
Banco Mercantil de Investimentos S.A. ⁽¹⁾	(1.476)	(1.828)	-	-
Mercantil do Brasil Corretora S.A. ⁽¹⁾	(85)	(655)	-	-
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. ⁽¹⁾	(30)	(530)	-	-
Mercantil do Brasil Financeira S.A. ⁽¹⁾	(889)	(1.279)	-	-
COSEFI – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ⁽¹⁾	(22.970)	(22.567)	(1.319)	(1.375)
Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A. ⁽¹⁾	(4.322)	(3.706)	(221)	(195)
Resolva Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Correspondente Bancário S.A. ⁽¹⁾	(38.082)	(32.646)	(1.783)	(1.653)
Mercantil do Brasil Empreendimentos Imobiliários S.A. ⁽¹⁾	(4.088)	(4.059)	(234)	(250)
Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A. ⁽¹⁾	(12.898)	(13.007)	(747)	(847)
SANSA – Negócios Imobiliários S.A. ⁽¹⁾	(1.186)	(411)	(58)	(29)
Outros ^(II)	(53.355)	(52.793)	(2.338)	(3.424)
Captação no mercado aberto	(82.641)	(49.258)	(3.380)	(2.761)
Banco Mercantil de Investimentos S.A. ⁽¹⁾	(13.000)	(32.999)	(1.121)	(996)
Mercantil do Brasil Corretora S.A. ⁽¹⁾	(14.847)	(9.446)	(678)	(712)
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. ⁽¹⁾	(4.420)	(3.918)	(256)	(271)
Mercantil do Brasil Financeira S.A. ⁽¹⁾	(50.374)	(2.895)	(1.325)	(782)
Recursos de aceites e emissão de títulos	(13.267)	(13.232)	(778)	(678)
Outros ^(II)	(13.267)	(13.232)	(778)	(678)

⁽¹⁾ Empresas relacionadas na nota nº 2.2.

^(II) Controladores, pessoal chave da administração.

Empresas / Transações	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	Dez / 2019	Dez/2018	Dez / 2019	Dez / 2018
Dividendos / JCP a pagar	8.015	9.766	-	-
Banco Mercantil de Investimentos S.A. ⁽¹⁾	458	594	-	-
Mercantil do Brasil Financeira S.A. ⁽¹⁾	3.456	5.044	-	-
Resolva Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Correspondente Bancário S.A. ⁽¹⁾	4.101	2.695	-	-
Mercantil do Brasil Empreendimentos Imobiliários S.A. ⁽¹⁾	-	54	-	-
Outros ^(II)	-	1.379	-	-
Outras obrigações	(1.111)	(323)	(187)	(153)
Mercantil do Brasil Corretora S.A. ⁽¹⁾	-	-	(16)	(25)
Mercantil do Brasil Financeira S.A. ⁽¹⁾	(419)	-	-	-
Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A. ⁽¹⁾	(5)	-	(60)	-
Mercantil do Brasil Empreendimentos Imobiliários S.A. ⁽¹⁾	(6)	(6)	(77)	(111)
Outros ^(II)	(681)	(317)	(34)	(17)

⁽¹⁾ Empresas relacionadas na nota nº 2.2.

^(II) Controladores, pessoal chave da administração.

15.2. Remuneração dos administradores e benefícios pós-emprego

O Banco implantou, desde 2012, Plano de Remuneração específico para os administradores que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10.

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria do Banco, conforme previsto no Estatuto Social. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

Os gastos com a remuneração dos administradores foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária e são compostos, basicamente, de honorários do Conselho de Administração e da Diretoria, como segue:

Empresas	Data da Assembleia	Remuneração
Banco Mercantil do Brasil S.A.	15/04/2019	25.334
Mercantil do Brasil Financeira S.A.	16/04/2019	6.536
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	16/04/2019	5.889
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	30/04/2019	1.800
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.	30/04/2019	100
Cosefi – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	30/04/2019	100

Até 31 de dezembro de 2019, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pós-emprego.

- **Benefícios de curto e longo prazo a administradores e remuneração baseada em ações**

Até 31 de dezembro de 2019, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações nos termos da Resolução CMN nº 3.989/11 para os administradores.

- **Benefícios de rescisão do contrato de trabalho**

A extinção da relação de trabalho não dá direito a qualquer compensação financeira.

15.3. Outras informações

Os empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, bem como a seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes até 2º grau e demais pessoas, se houver, serão realizados em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/2018.

16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco, juntamente com outras empresas controladas, é Patrocinador da CAVA – Caixa de Assistência “Vicente de Araújo” do Grupo Mercantil do Brasil, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, constituída em 3 de maio de 1958. Tem por finalidade a concessão de benefícios complementares ou assemelhados aos da previdência social aos associados admitidos até 25 de junho de 1980 (plano de benefício definido para massa fechada) e a prestação de serviços de caráter social aos participantes e seus beneficiários. As Patrocinadoras respondem por contribuições em percentual não inferior a 30,00% do custo total do plano de benefícios e serviços. Os benefícios complementares concedidos aos participantes do plano são: Auxílio-Aposentadoria; Auxílio Natalidade; Auxílio Educacional; Auxílio-Doença; Auxílio-Funeral e Pecúlio por morte.

Em 31 de dezembro de 2019, o grupo patrocinador mantinha 20 (23 em dezembro de 2018) participantes ativos com direito a suplementação de aposentadoria e 542 (554 em dezembro de 2018) participantes assistidos em benefício de aposentadoria.

As contribuições corresponderam a R\$ 1.867 (R\$ 1.231 em dezembro de 2018).

Como premissas atuariais adotadas para a avaliação do Plano tem-se as Premissas Biométricas: Tábua de Mortalidade Geral: AT-2000; Tábua de Entrada em Invalidez: IAPB-57; e Tábua de Mortalidade de Inválidos: IAPB-57. Tem-se também as Premissas Financeiras: Taxa Real de Desconto para Determinação da Obrigação Atuarial: 3,4662% a.a.; Inflação Anual Futura Estimada: 3,73% a.a.; Taxa Nominal de Desconto para Determinar a Receita (Custo) do Plano: 1,9461% a.a.; e Taxa de Crescimento de Salários: 2,00% a.a.

Os resultados atuariais são divulgados de acordo com o parecer do Atuário Independente, de dezembro de 2019, elaborado com base nas demonstrações financeiras até novembro de 2019, na Deliberação CVM nº 695/12 e no Convênio de Adesão firmado entre as Patrocinadoras e a CAVA, o Banco Mercantil do Brasil S.A. – Patrocinador Líder.

O quadro a seguir apresenta o valor líquido de ativo x passivo e representa o déficit ou superávit do plano de benefício definido.

Descrição	Dez / 2019	Dez / 2018
Obrigação de benefício definido	(46.782)	(41.012)
Valor justo do ativo do plano	14.129	14.557
Déficit Líquido	(32.653)	(26.455)

Os ganhos e perdas atuariais decorrente das remensurações do valor líquido de ativos/passivos de benefício definido são reconhecidos na conta Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido nos termos da Resolução CMN nº 4.424/15, cujo saldo monta em R\$ 17.346 (R\$ 13.764 em 31 dezembro de 2018).

Reconciliação do valor justo dos ativos do plano	
Saldo em 31/12/2018	14.557
Juros sobre o valor justo do ativo	1.263
Fluxos de caixa	(3.761)
Benefício pago pelo plano	(3.636)
Despesa administrativa paga pelo ativo do plano	(125)
Redimensionamento do valor justo do ativo do plano	2.070
Rendimento do valor justo do ativo do plano	2.070
Saldo em 31/12/2019	14.129

Reconciliação da obrigação de benefício definido	
Saldo em 31/12/2018	(41.012)
Custo do serviço	(1)
Custo do serviço corrente bruto	(1)
Custo dos juros	(3.559)
Fluxos de caixa	3.636
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	3.636
Redimensionamento da obrigação	(5.846)
Efeito da alteração de premissas financeiras	(6.652)
Efeito da experiência do plano	806
Saldo em 31/12/2019	(46.782)

Análise de Sensibilidade para cada premissa atuarial significativa:

Taxa real de desconto	
1. Taxa real de desconto -1,0%	50.776
Premissa da análise	1,74%
2. Taxa real de desconto +1,0%	43.316
Premissa da análise	3,74%
Tábua Geral de Mortalidade	
1. Tábua de mortalidade suavizada em 15,0%	50.105
Expectativa de sobrevivência aos 60 anos	25,62
2. Tábua de mortalidade agravada em 15,0%	43.986
Expectativa de sobrevivência aos 60 anos	22,89

No que tange à exposição a riscos ligados ao Plano de Benefício Definido, os principais riscos que o Banco está exposto são: a) de inflação - a maioria dos benefícios são vinculados a índices de inflação, sendo que um aumento da inflação poderá levar a obrigações mais elevadas; b) de expectativa de vida - o plano proporciona benefícios assemelhados aos da previdência social aos associados admitidos até 25 de junho de 1980 (plano de benefício definido para massa fechada). Assim, um eventual aumento da expectativa de vida dos beneficiários do plano poderá levar a um aumento dos passivos do plano; c) de volatilidade dos ativos do plano - poderá haver um déficit atuarial, caso haja um descasamento entre o rendimento real dos investimentos do plano e o rendimento esperado, tendo em vista que o passivo atuarial é calculado com base em taxa de desconto definida com base no rendimento de títulos públicos.

17. RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

17.1. Rendas de operações de crédito

Descrição	Dez / 2019	Dez / 2018
Rendas de empréstimos e títulos descontados	1.759.100	1.873.994
Rendas de financiamentos	12.791	23.939
Rendas de financiamentos rurais	22.062	36.066
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	90.942	94.702
Total	1.884.895	2.028.701

17.2. Despesas com operações de captação no mercado

Descrição	Dez / 2019	Dez / 2018
Depósitos	348.952	365.646
Despesas de letras imobiliárias, do agronegócio e financeiras	35.156	41.269
Operações compromissadas	8.818	9.924
Dívidas subordinadas ⁽¹⁾	82.572	141.164
Outras	9.216	10.182
Total	484.714	568.185

⁽¹⁾ As variações da receita/despesa de dívida subordinada decorrem, basicamente, da variação cambial ocorrida no período.

18. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS

18.1. Receitas de prestação de serviços

Descrição	Dez / 2019	Dez / 2018
Administração de fundos de investimentos	1.980	1.426
Cartão de crédito	6.916	6.827
Cobrança	6.626	8.190
Custódia	542	471
Garantias prestadas	2.218	2.508
Outros serviços	7.099	8.528
Rendas de serviços prestados a ligadas	638	576
Comissão de seguro	22	33
Serviços de arrecadação	2.679	2.103
Serviços prestados	7.674	6.612
Tarifas bancárias – conta corrente	208.244	216.243
Total	244.638	253.517

18.2. Despesas de pessoal

Descrição	Dez / 2019	Dez / 2018
Remuneração dos administradores e conselho fiscal (vide nota nº 15.2.)	29.382	24.536
Proventos de funcionários	195.846	188.784
Benefícios	77.442	68.909
Encargos sociais	82.080	74.780
Indenizações	41.401	23.289
Contingências	31.873	15.593
Total	458.024	395.891

18.3. Outras despesas administrativas

Descrição	Dez / 2019	Dez / 2018
Água, energia e gás	11.950	9.815
Aluguéis	66.797	62.364
Amortização e depreciação	47.738	37.905
Arrendamento de bens	8.970	9.738
Comunicações	13.008	12.229
Materiais, manutenção e conservação de bens	23.752	21.090
Processamento de dados	73.673	68.731
Propaganda e publicidade	5.379	7.444
Publicações	1.832	1.959
Serviços de terceiros	189.371	171.901
Comissão e custo de preparação e digitação de proposta de negócios de operações de crédito	69.820	73.832
Serviços do sistema financeiro	11.897	14.532
Transportes	29.377	23.728
Outras	46.586	32.997
Total	600.150	548.265

18.4. Despesas tributárias

Descrição	Dez / 2019	Dez / 2018
ISSQN	13.416	13.182
COFINS	80.326	77.868
PIS	13.053	12.654
Outros tributos	9.185	6.928
Total	115.980	110.632

18.5. Variações monetárias ativas

Descrição	Dez / 2019	Dez / 2018
PIS / COFINS	256	283
Contribuição Social / Imposto de Renda	193	740
INSS	-	26
Precatórios a receber	781	1.525
Atualização de depósitos judiciais	3.644	7.162
Outros	168	322
Total	5.042	10.058

18.6. Outras receitas

Referem-se, substancialmente, a outras rendas de cessão de crédito, ressarcimento de custos de portabilidade decorrente de operações de créditos transferidas para outras instituições financeiras, e remuneração adicional referente a contrato de distribuição de seguros.

18.7. Descontos concedidos

Referem-se, basicamente, aos descontos concedidos em operações de crédito renegociadas e em recuperação judicial.

18.8. Despesas de caráter eventual

Referem-se, basicamente, aos acordos para encerramento de processos cíveis e perda com cancelamento de operações de créditos consignados.

18.9. Outras despesas

Referem-se, substancialmente, a despesas incorridas, decorrentes do direito de pagamento de benefícios previdenciários realizados aos aposentados e pensionistas no montante de R\$ 149.051 (R\$ 125.086 em dezembro de 2018), despesas compensatórias sobre repasses de recursos para pagamentos de benefícios do INSS no montante de R\$ 8.928 (R\$ 7.270 em dezembro de 2018); eventuais glosas de recebimento de operações de crédito consignado no montante de R\$ 5.988 (R\$ 11.747 em dezembro de 2018) e despesas de portabilidade decorrentes de operações de crédito recebidas de outras instituições financeiras no montante de R\$ 1.876 (R\$ 7.723 em dezembro de 2018).

19. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Descrição	Dez / 2019	Dez / 2018
Lucro / (Prejuízo) na alienação de valores e bens ⁽¹⁾	(61.679)	(21.016)
Desvalorização de outros valores e bens (vide nota nº 9.1.)	(49.984)	(42.015)
Outras	(1.154)	(1.552)
Total	(112.817)	(64.583)

⁽¹⁾ Refere-se aos bens recebidos em dação em pagamento.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Descrição	Dez / 2019	Dez / 2018
Resultado antes dos impostos e participações estatutárias	110.475	135.044
(-) Participações dos administradores e empregados no lucro	(29.102)	(10.690)
Base de cálculo	81.373	124.354
Alíquota nominal	40%	45%
Receita / (Despesa) nominal	(32.550)	(55.959)
Ajustes à despesa nominal referentes:	74.398	(11.320)
Efeito de dedução de juros sobre capital o próprio	14.181	7.461
Resultado de participações em coligadas e controladas	5.843	4.241
Despesas indedutíveis	(3.346)	(2.425)
Outras (adições) / exclusões permanentes	1.043	4.983
Outras diferenças temporais	-	(363)
Efeito tributário da CSL – Lei nº 13.169/2015	-	(25.217)
Efeito tributário da CSL – EC 103/2019 (vide nota nº 8.1.)	56.579	-
(-) Compensações da Base negativa de CSL e Prejuízo Fiscal	98	-
Deduções dos incentivos fiscais ⁽¹⁾	912	844
Receita / (Despesa) com IRPJ e CSL	42.760	(66.435)

⁽¹⁾ Referem-se aos benefícios fiscais no âmbito do programa de alimentação ao trabalhador (PAT), do programa empresa cidadã e à atividade cultural e artística deduzidos no imposto de renda devido.

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Avais e fianças – o saldo de avais e fianças prestados pelo Banco e suas controladas, monta em R\$ 149.621 (R\$ 172.785 em dezembro de 2018).

b) Fundos de investimento – a Administração de fundos de investimento é realizada por intermédio da controlada Mercantil do Brasil Corretora S.A. O somatório dos patrimônios líquidos dos fundos constituídos por recursos próprios e de terceiros montam em R\$ 299.416 (R\$ 251.781 em dezembro de 2018).

c) Seguros contratados – o Banco e suas controladas possuem seguros de seus principais ativos em montantes considerados adequados pela Administração para a cobertura de eventuais perdas com sinistros.

d) Acordo de compensação e liquidação de obrigações – o Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com instituições financeiras com as quais possua essa modalidade de acordo.

e) Eventos Subsequentes – A atual conjuntura econômica é de incertezas em função dos impactos do Coronavírus (Covid 19) na atividade econômica internacional e, em especial, na economia brasileira. Assim, o Banco está revisando as principais estimativas contábeis e os possíveis impactos nas demonstrações financeiras, notadamente sobre sua carteira de crédito.

f) Em conformidade com o processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade foram emitidas várias normas, interpretações e orientações, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo órgão regulador. Até o momento, foram aprovados pelo CMN e BACEN, os seguintes pronunciamentos:

Resolução CMN nº 3.566/08 – CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Resolução CMN nº 3.604/08 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Resolução CMN nº 3.973/11 – CPC 24 - Evento Subsequente.

Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações.

Resolução CMN nº 4.007/11 – CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Resolução CMN nº 4.144/12 – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Resolução CMN nº 4.424/15 – CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

Resolução CMN nº 4.636/18 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas.

Os seguintes pronunciamentos foram aprovados com vigência a partir do exercício de 2020:

Circular Bacen nº 3.959/19 – CPC 41 – Resultado por Ação.

Resolução CMN nº 4.748/19 – CPC 46 – Mensuração do Valor Justo.

Não há previsão de quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e nem se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva.

A Resolução CMN nº 3.786/09 e a Circular Bacen nº 3.472/09 estabeleceram que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar por este órgão, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir Comitê de Auditoria, devem, anualmente, desde 31 de dezembro de 2010, elaborar e divulgar em até 90 dias após a data base de 31 de dezembro suas demonstrações contábeis consolidadas, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), seguindo os pronunciamentos internacionais emitidos pelo IASB – *International Accounting Standards Board*.

Adicionalmente, foram publicadas a Resolução CMN nº 3.853/10 e a Carta Circular Bacen nº 3.447/10, que disciplinam a divulgação de demonstrações contábeis consolidadas intermediárias em IFRS e esclarecem que a obrigatoriedade aplica-se às instituições financeiras que publicam demonstrações contábeis intermediárias nesse padrão contábil.

O Banco Mercantil do Brasil S.A. disponibilizará em 27 de março de 2020 suas demonstrações financeiras em IFRS referentes à 31 de dezembro de 2019 no site (www.mercantildobrasil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI) e na CVM. Nas Demonstrações Contábeis Consolidadas de 31 de dezembro de 2019 as reconciliações entre o resultado e patrimônio líquido são consistentes com aquelas apresentadas no mesmo padrão das demonstrações financeiras em IFRS de 31 de dezembro de 2018.

22. GESTÃO DOS RISCOS DE CRÉDITO, DE LIQUIDEZ, DE MERCADO, OPERACIONAL E SOCIOAMBIENTAL

A atividade de gerenciamento dos riscos e gestão do capital é parte integrante e fundamental nas atividades do Mercantil do Brasil, visando obter a melhor relação risco/retorno compatível com o apetite ao risco do conglomerado prudencial. O gerenciamento de riscos é realizado de forma integrada, possibilitando a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre os riscos, objetivando tomadas de decisões mais assertivas e a otimização do uso do capital.

Dentro desse contexto, o Mercantil do Brasil gerencia seus riscos de forma contínua, norteado pelas diretrizes do Conselho de Administração e do Corpo Diretivo expressas nas políticas e estratégias institucionais e contando com o apoio de diferentes níveis hierárquicos, dentre eles, o Comitê de Riscos. A gestão dos riscos e capital é centralizada e subordinada à Diretoria de Gestão da Estratégia, *Compliance* e Riscos, englobando não apenas os dados do banco múltiplo, mas também das demais empresas que compõem o conglomerado prudencial, resultando em maior agilidade e assertividade na tomada de decisões.

O Mercantil do Brasil, respaldado pela boa governança, investe de forma estruturada no aperfeiçoamento contínuo de seus processos, dos sistemas de controle e na gestão dos riscos, com foco na estratégia dos negócios e em conformidade com as exigências dos órgãos reguladores. As ferramentas e metodologias utilizadas são condizentes com as melhores práticas de mercado, permitindo embasar decisões estratégicas da Instituição com grande agilidade e alto grau de confiança. A estrutura de gerenciamento de riscos e capital adotada é compatível com a natureza das suas operações e com a complexidade dos produtos e serviços ofertados, além de proporcional à dimensão da exposição aos riscos assumidos.

O Plano de Implementação aprovado pelo Conselho de Administração para o atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital, foi concluído no primeiro trimestre de 2018. Dentre as principais realizações, destaca-se a aprovação da Declaração de Apetite a Riscos do Mercantil do Brasil, que direciona as estratégias de negócios e contempla as diretrizes e limites do apetite a riscos da instituição. Além disso, foi instituído o Comitê de Riscos e nomeado o diretor responsável pelo gerenciamento dos riscos - CRO, bem como revisadas as políticas de gerenciamento de riscos e de capital.

Com base nas boas práticas de Governança Corporativa e Disciplina de Mercado, o Mercantil do Brasil busca estabelecer um padrão de divulgação de informações que permita ao mercado avaliar as informações essenciais referentes às exposições a riscos, adequação de capital e atuação socioambiental responsável. Essas informações, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no site www.mercantildobrasil.com.br.

A seguir, é apresentada, de forma sucinta, a descrição das atividades relacionadas à avaliação e ao gerenciamento dos principais riscos na Instituição:

a) Gerenciamento do risco de crédito

Por risco de crédito, entende-se como a possibilidade do não cumprimento total ou parcial, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, bem como a ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante.

A segregação das atividades é um pilar importante e contempla a originação, análise, decisão, a formalística, o acompanhamento, controle, a gestão de risco, a cobrança e a recuperação. Todo o processo é suportado por modernos sistemas de tecnologia de alta integração, os quais disponibilizam informações gerenciais íntegras e com processo de validação constante a todos os envolvidos nesta atividade, tornando transparentes e integrados os resultados de cada ciclo.

O processo de análise visa concluir sobre o risco de crédito do cliente adotando aspectos quantitativos baseados na situação econômica, financeira e patrimonial, e qualitativos, tais como dados cadastrais e comportamentais. A análise da operação de crédito, além de ter como base a classificação de risco do cliente, incorpora os aspectos da estruturação do negócio, inclusive quanto à liquidez e suficiência das garantias apresentadas. Todo o processo é centralizado e as decisões são tomadas de forma colegiada e dentro da alçada de cada nível.

Em particular, a concessão de crédito massificado de varejo é realizada de forma automatizada e padronizada através de modelos quantitativos, desenvolvidos por uma equipe técnica capacitada e em constante desenvolvimento, mediante utilização de ferramentas que asseguram maior qualidade dos créditos concedidos.

O cuidado com a qualidade dos ativos financeiros do Banco é concomitante ao processo de concessão de crédito e vai até a liquidação dos contratos. Esta atividade está sob a responsabilidade direta da Diretoria Executiva de Crédito e Gestão de Crédito, que possui todas as suas diretrizes fundamentadas na Política de Crédito da Instituição.

Dentro deste contexto, a gestão do risco de crédito no Mercantil do Brasil contempla fatores internos como a análise da evolução da carteira, seus níveis de inadimplência, rentabilidade dos produtos, qualidade da carteira e adequação do capital econômico alocado; além de fatores externos como acompanhamento do ambiente macroeconômico e dos setores econômicos, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, condicionantes de consumo, etc. Desta forma, as variações das exposições aos riscos que o Mercantil do Brasil está sujeito são acompanhadas levando em consideração o ambiente de negócios, o comportamento da concorrência e os compromissos com os resultados que o Mercantil do Brasil tem para com seus clientes, acionistas, funcionários e a sociedade.

b) Gerenciamento do risco de liquidez

Por risco de liquidez, entende-se a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Dentro deste contexto, o risco de liquidez é gerenciado por meio de metodologias e modelos que visam administrar a capacidade de pagamento da Instituição, considerando o planejamento financeiro, os limites de riscos e a otimização dos recursos disponíveis, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança.

A Instituição possui dois modelos: “mapa de descasamento dos fluxos” e “movimentação diária de produtos”. O primeiro modelo permite o acompanhamento por produto, moeda, indexador e vencimento e o segundo fornece fluxos de entrada e saída dos produtos ativos e passivos.

O Mercantil do Brasil realiza ainda, como um dos instrumentos de gestão, a projeção do fluxo de caixa baseada em séries históricas de movimentação de produtos de ativo e passivo, recebimentos antecipados, vencimentos e recompras de operações de depósito a prazo, operações de crédito, cessões de crédito, letras, poupança, depósito à vista e TVMs.

Concomitantemente, são construídos cenários de estresse que permitem a identificação de possíveis problemas que possam vir a comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Instituição. O Mercantil do Brasil possui, também, Plano de Contingência de Liquidez contendo as responsabilidades, estratégias e procedimentos necessários para

conduzir a Instituição ao equilíbrio de sua capacidade de pagamento, considerando os potenciais problemas identificados nos cenários de estresse.

c) Gerenciamento do risco de mercado

Por risco de mercado, entende-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição.

O gerenciamento do risco de mercado é realizado por meio de metodologias e sistemas condizentes com a natureza de suas operações, com a complexidade dos seus produtos e a dimensão de sua exposição, bem como com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas para a Instituição com grande agilidade e alto grau de confiança. Os cálculos do capital regulatório de risco de mercado têm como principais vertentes: a classificação das operações nas carteiras de Negociação (*Trading*) e Bancária (*Banking*).

O modelo de risco de mercado também permite acompanhar a sensibilidade das taxas de juros, comparando a curva de mercado recente aos cenários formados, o que possibilita simular como tais taxas podem variar e afetar as posições assumidas pela Instituição.

Além do acompanhamento diário das exposições aos diversos fatores de risco, é efetuado o cálculo de risco da carteira *trading*, através de metodologia padrão do Bacen e do cálculo de risco da carteira *banking*, através da metodologia padrão EVE (*Economic Value of Equity*), adotada pelo Mercantil do Brasil no 1º semestre de 2019. Assim, a parcela adicional de risco de mercado referente à variação nas taxas de juros das operações da carteira *banking* (Rban) passou a ser apurada através dessa nova metodologia de cálculo, antecipando a exigência da Circular Bacen nº 3.938/19, cuja exigência vigorará a partir de janeiro de 2020, para as instituições do Segmento S3, a qual o Mercantil se enquadra. O EVE consiste em estimar a variação entre o valor presente dos fluxos de reapreçamento de instrumentos financeiros em um cenário-base (taxa atual) e o valor presente dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros (*stress*).

Adicionalmente, são realizados testes de *stress* de flutuação das principais variáveis macroeconômicas, utilizando cenários históricos ou de mudança de premissas. Para os Fundos de Investimento, a metodologia utilizada é o V@R Paramétrico, que apresenta o valor monetário total da carteira que pode ser perdida, caso a posição seja liquidada nas condições de mercado do dia da apuração, considerando o intervalo de confiança de 95%. Os valores são apurados diariamente e devem atender os limites de perdas estipulados (*stop-loss*) na Política Institucional de Risco de Mercado.

Para grandes variações de preço, o Mercantil do Brasil utiliza o instrumento *hedge* para proteger as operações financeiras ao qual está exposto. A estratégia de *hedge* consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista.

d) Gerenciamento do risco operacional

Por risco operacional, entende-se como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

O Gerenciamento do Risco Operacional no Mercantil do Brasil integra-se às estratégias e aos negócios das empresas do grupo, alinhando os processos existentes e praticados com as políticas vigentes. A forma de atuação possibilita a identificação dos processos críticos para controlar e mitigar a exposição ao Risco Operacional a que a Instituição está sujeita. A Instituição utiliza ferramentas de gestão do Risco Operacional visando maximizar a eficiência dos controles implementados e dos dados de perda operacional com o intuito de redirecionar ações para redução de perdas.

A estrutura de gerenciamento prevê uma atuação compartilhada do Risco Operacional, em que todos os colaboradores são responsáveis pela conformidade dos seus processos, estimulando o comprometimento com os resultados e uma gestão participativa.

A metodologia aplicada para a gestão do Risco Operacional é composta por duas etapas: qualitativa e quantitativa. A primeira etapa contempla o levantamento dos processos, a identificação e avaliação dos riscos e, dos controles e a estratégia de resposta ao risco inerente – seja por meio de planos de ação para melhoria, seja por meio de ações de monitoramento.

Já a etapa quantitativa consiste na identificação de perdas operacionais e formação de base com o objetivo de registrar

as informações relativas aos eventos decorrentes da exposição ao Risco Operacional no Mercantil do Brasil. A partir da base de dados é possível identificar os motivos das perdas mais representativas e suas causas raízes, permitindo a geração de planos de ação com o propósito de reduzir perdas futuras.

A Gestão do Risco Operacional inclui também o acompanhamento de indicadores chave de risco (ICRs), que monitoram os maiores motivos de perda da Instituição. Os indicadores possuem tolerâncias alinhadas ao apetite a riscos do Mercantil do Brasil e quando ultrapassam essa métrica, ações são geradas para retorno do risco a níveis aceitáveis. Além disso, os incidentes mais relevantes do Mercantil do Brasil, mesmo os que não geram perdas, são monitorados e registrados em uma base específica com o intuito de tomada de ação para solução do problema e evitar sua reincidência.

O Mercantil do Brasil possui também procedimentos definidos para Gestão de Terceiros Relevantes que são divulgados internamente e sendo objeto de monitoramento. Todo o processo de gestão é direcionado pelo risco envolvido na atividade contemplando a segmentação por meio da classificação dos terceiros com base em risco, contratação, monitoramento, gerenciamento e desligamento.

No Mercantil do Brasil, o cálculo da parcela do RWAopad está a cargo da Gerência de Demonstrações Financeiras, na Diretoria Executiva de Controladoria e a metodologia de cálculo adotada é a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada. Toda a metodologia de cálculo da abordagem utilizada pela Instituição foi definida seguindo os critérios de consistência, sendo passíveis de verificação e estando devidamente formalizada.

A Gestão de Continuidade dos Negócios, que também está inserida no âmbito do Gerenciamento do Risco Operacional, busca garantir a continuidade dos processos de negócios críticos à sobrevivência da Instituição em caso de crises que causem a interrupção das suas atividades mais críticas. Isso proporciona um ambiente mais seguro às operações, aos clientes e contrapartes, bem como aos seus acionistas.

Para garantir essa resiliência, o Mercantil do Brasil utiliza metodologia que o permite definir estratégias de contingência, determinando procedimentos alternativos e linhas de ações que manterão as operações críticas em funcionamento, mesmo na ocorrência de eventos adversos que causem a interrupção das atividades. Todas essas especificações estão formalizadas em Planos de Contingência, que contemplam também toda a estrutura de pessoal e logística disponibilizada para a continuidade dos negócios.

Periodicamente, os Planos de Contingência elaborados passam por testes, cujos relatórios, enviados inclusive à Alta Administração, orientam a atualização desses planos e buscam garantir a eficácia dos procedimentos descritos. Esse ciclo virtuoso permite ao Mercantil do Brasil manter sua Gestão de Continuidade dos Negócios em um processo de melhoria contínua.

e) Gerenciamento do risco socioambiental

O Gerenciamento do Risco Socioambiental no Mercantil do Brasil instaurou-se a partir da melhoria nas ferramentas de identificação, controle e mitigação dos impactos socioambientais inerentes à atividade bancária e às partes interessadas do negócio.

Pautadas pela Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), as ações para controle e redução dos impactos da atividade da Instituição compreendem a gestão adequada dos resíduos e o mapeamento e estudo contínuo de oportunidades que possam contribuir com a eficiência no consumo de energia e recursos naturais da empresa.

Dentro deste contexto, a gestão do risco socioambiental no Mercantil do Brasil contempla o monitoramento de pessoas expostas na mídia, pessoas expostas politicamente, empresas de setores econômicos com maior potencial à danos ambientais, além de clientes com apontamento em listas desabonadoras trabalhistas e ambientais. É feito também o acompanhamento destes clientes no âmbito da qualidade de suas operações de crédito, bem como seus saldos de operações passivas.

Além disso, a captura de informações relacionadas ao risco socioambiental foi aprimorada no início do relacionamento com o cliente e os critérios no processo de concessão e gestão do crédito foram ajustados, bem como a relação do Mercantil do Brasil com terceiros passou a ser embasada por cláusulas e processos que exigem e promovem uma rede de empresas mais responsáveis no âmbito socioambiental.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S. A.

RODRIGO ALEXANDER PIZZANI QUEIROZ
Diretor Executivo

ANDERSON GUEDES INOCÊNCIO
Contador CRC MG nº 077029/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Aos Administradores e Acionistas
Banco Mercantil do Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Mercantil do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido consolidado prudencial e dos fluxos de caixa consolidado prudencial para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil ("BACEN"), descritos na Nota 2 – "Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras".

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco Mercantil do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidado prudencial para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota 2 – "Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras" às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2, que divulga que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir com os requisitos da Resolução n.º 4.280 do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

O Banco elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 19 de fevereiro de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na Nota 2 – “Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras” às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Belo Horizonte, 26 de março de 2020.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mauricio de Faria Araujo – Presidente
Luiz Henrique Andrade de Araújo – Vice-Presidente
Marco Antônio Andrade de Araújo – Secretário
André Luiz Figueiredo Brasil
Clarissa Nogueira de Araújo
Euler Luiz de Oliveira Penido
Glaydson Ferreira Cardoso
Márcio Lopes Costa
Virgílio Horácio de Paiva Abreu

DIRETORIA

DIRETOR PRESIDENTE
Luiz Henrique Andrade de Araújo

VICE-PRESIDENTES
José Ribeiro Vianna Neto
Mauricio de Faria Araujo
Paulo Henrique Brant de Araujo
Renato Augusto de Araújo

VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO
Marco Antônio Andrade de Araújo

DIRETORES EXECUTIVOS
Ângela Mourão Cançado Juste
Gustavo Henrique Diniz de Araújo
Lauro Wilson da Silva
Leonardo Ferreira Antunes
Rodrigo Alexander Pizzani Queiroz
Taise Christine da Cruz
Uelquesneurian Ribeiro de Almeida
Valci Braga Rezende

DIRETORES
Alceu Demartini de Albuquerque
André Gustavo Pereira Delledono
Humberto Pereira de Almeida
Mariana Machado de Araújo de Souza Lima
Simone Maria Ferreira Filgueiras Dutra
Wagner Ricco

CONSELHO FISCAL

Afrânio Eustáquio Ribeiro
Delson de Miranda Tolentino
Marcos Paixão de Araújo
Waldemar Victor de Miranda
Yehuda Waisberg

COMITÊ DE AUDITORIA

Edson Eustáquio de Oliveira Penido
Sebastião Salvador Gamarano
Wellington Inácio

CONTADOR
Anderson Guedes Inocêncio
CRC - MG 077.029/O-7